

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO ARQUITETURA E URBANISMO  
SILVIA ELAYNE DE FRANÇA MENESES NUNES

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO NO PÁTIO DO  
LIVRAMENTO NO BAIRRO DE SANTO ANTONIO/PE**

RECIFE  
DEZEMBRO/ 2013

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO ARQUITETURA E URBANISMO  
SILVIA ELAYNE DE FRANÇA MENESES NUNES

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO NO PÁTIO DO  
LIVRAMENTO NO BAIRRO DE SANTO ANTONIO/PE**

Projeto de pesquisa desenvolvido pela aluna:  
Silvia Elayne de França Meneses Nunes,  
orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ana Maria Filgueira  
Ramalho e, apresentado ao curso de  
Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas  
como 1º exercício da disciplina de Trabalho de  
Graduação II, ministrado pela professora  
Luciana Santiago.

RECIFE  
DEZEMBRO/ 2013

**Nunes, S. E. F. M.**

**Proposta de reabilitação no Pátio do Livramento no bairro de Santo Antônio/PE. / Silvia Elayne de França Meneses Nunes: O Autor, 2013.**

**71 folhas: il., fig.**

**Orientador(a): Profª Drª Ana Maria Filgueira Ramalho .  
Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução  
Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2013.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Arquitetura 2. Bem 3. Reabilitação 4. Planejamento 5.  
Patrimônio Urbano**

**I. Título.**

**720 CDU (2.ed.)  
725 CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas  
TCC 2014- 216**

Dedico este trabalho primeiramente a mim e depois a minha mãe, minha avó mãetinha, minha irmã, meus filhos e a meu marido Clayton Nunes, que acreditou no meu ideal, no meu mundo de sonhos, dando-me forças em todos os momentos mais difíceis de minha caminhada.

## AGRADECIMENTO

Primeiramente, quero agradecer a DEUS, por me amparar e me dar forças sempre.

A minha filha Jéssica, por ter acreditado nesse sonho, dando-me forças e cuidando de mim.

A minha Mãe, sempre preocupada. Obrigado Mãe, por cada ligação de encorajamento e sempre fazendo o possível para compreender minha ausência em alguns momentos.

Ao meu marido Clayton Nunes e ao meu filho Clayton Júnior, todo meu amor e reconhecimento pela tolerância, dedicação e carinho em todas as ocasiões.

A minha irmã que deu o “primeiro pontapé” na concretização do meu grande sonho e também me ajudou mesmo sem entender nada de arquitetura.

A minha orientadora Ana Ramalho, pela dedicação, incentivo, paciência e “vários puxões de orelha,” indicando sempre o caminho mais certo para desenvolver e estruturar a realização desse trabalho. A todos os professores que indiretamente contribuíram durante as fases mais difíceis da minha trajetória acadêmica.

A Celeida por sempre está disponível nas horas em que mais precisei na madrugada, acompanhando toda a minha evolução e ao Edson Menelau, grande colaborador na parte gráfica pela dedicação, perfeição e pontualidade.

A minha amiga da faculdade Nairanna, que mesmo estando tão ocupada e desesperadamente desesperada como eu, esteve sempre disposta a me ajudar.

A Maria Celia, minha mãe de criação, pela infinita paciência diária e pelos cuidados com meus filhos e com a minha casa.

Por fim, gostaria de agradecer e cumprimentar todos os que compartilharam na minha estrada acadêmica, fazendo-se presente em toda minha jornada. Jamais serão esquecidos da minha memória.

## **RESUMO**

O Pátio do Livramento é considerado como patrimônio urbano da cidade do Recife/PE, deve ser preservado como um BEM relacionado a sua potencialidade urbana e ao seu uso, pois agrega várias atividades em seu conjunto. Testemunho da história referente ao século XVIII com vários estilos arquitetônicos, destacando transformações ocorridas durante séculos, e que se mantém íntegro até hoje. Foi identificada a problemática que levantou o questionamento da descaracterização e degradação urbana, arquitetônica e paisagística no Pátio associadas ao esvaziamento populacional, ao arruinamento natural, à mudança de usos, a falta de controle urbano dos órgãos responsáveis e aos usuários, que desconhecem sua importância. Diante da problemática, a proposta tem como objetivo a reabilitação do Pátio do Livramento, desenvolvida através dos conceitos descritos na carta de Lisboa 1995, que resgata os valores locais e o dinamismo comercial das atividades, proporcionando conforto ao cidadão, o principal envolvido e melhorando o espaço livre público para oferecer um local tanto de convivência, como de atividades diversas para que possa ser usado diariamente durante o dia e à noite. Também levantou questões relacionadas à morfologia urbana, a tipologia arquitetônica, aos atuais usos nos espaços privado e público e ao comércio informal. Esse se tem tornado um grande obstáculo relacionado à medida de proteção do patrimônio urbano no centro do Recife. Essa intervenção urbana vem sendo desenvolvida em centros urbanos degradados em várias partes do mundo e no Brasil.

**Palavras - chave:** Bem; reabilitação; planejamento.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Planta da ágora, em 300 a.C. ....	17
FIGURA 2 – Vista do fórum romano .....	18
FIGURA 3 – Praça Mercado e a Praça da Igreja.....	19
FIGURA 4 – Praça de São Marcos, Veneza (Itália).....	19
FIGURA 5 – Vista aérea da Praça de São Pedro em Roma .....	20
FIGURA 6 – Cercada por casas recortando por um espaço na frente do monumento.....	20
FIGURA 7 – Fechado e coeso - utilizando-se de pórtico com arcadas .....	20
FIGURA 8 – Três ou quatro ruas desembocando em ângulos diferentes .....	21
FIGURA 9 – Vista aérea do Pátio de São Pedro.....	35
FIGURA 10 – Rua TV. São Pedro .....	25
FIGURA 11 - Rua do Fogo .....	36
FIGURA 12 – Rua Águas Verdes .....	36
FIGURA 13 – Rua Felipe Camarão .....	36
FIGURA 14 –Travessa de São Pedro .....	36
FIGURA 15 – Pátio de São Pedro, Recife/PE.....	37
FIGURA 16 – Polígono de tombamento- homologada em 1985 .....	37
FIGURA 17 –Perspectiva do pátio de Saõ Pedro.....	38
FIGURA 18 – Casarios no Pátio de São Pedro .....	38
FIGURA 19 – Casarios no Pátio de São Pedro .....	38
FIGURA 20 – Levantamento da Cidade no ano de 1808, por, Douglas Fox,1906.....	39
FIGURA 21 – Levantamento da Cidade no ano de 1908, por, Douglas Fox,1906.....	39
FIGURA 22 – Planta baixa do Pátio de São Pedro/PE,1986 .....	39
FIGURA 23 – Planta da fachada de Igreja .....	40
FIGURA 24 – Igreja São Pedro dos Clérigos.....	40
FIGURA 25 – Eventos no pátio de São Pedro .....	41
FIGURA 26 – Carnaval no pátio de São Pedro.....	41
FIGURA 27 – Ciranda na década de 70 no Pátio de São Pedro.....	42
FIGURA 28 – Pátio de São Pedro depois da revitalização .....	43
FIGURA 29 – Vista Aérea do Bairro do Pelourinho, Salvador-BA .....	44
FIGURA 30 – Pelourinho do lado direito em 1778.....	45
FIGURA 31 – Pelourinho na década de 70 .....	45
FIGURA 32 – Pelourinho na década de 70 .....	45
FIGURA 33 – Largo do Pelourinho ápois a intervenção .....	46
FIGURA 34 – Largo do Cruzeiro de São Francisco após a Intervenção urbana.....	46
FIGURA 35 – Vista aérea no Largo do Pelourinho/BA.....	48
FIGURA 36 – Rua das Portas do Carmo.....	48
FIGURA 37 – Rua Maciel de Baixo .....	49
FIGURA 38 – Rua do Tabuão.....	49
FIGURA 39 – UNIBASE do Largo do Pelourinho.....	50
FIGURA 40 – Largo do Pelourinho no final do século XIX.....	50

FIGURA 41 – Largo do Pelourinho atualmente.....	51
FIGURA 42 – Largo do Pelourinho atualmente.....	51
FIGURA 43 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos .....	52
FIGURA 44 – Vista aérea Largo do Cruzeiro de São Francisco.....	53
FIGURA 45 – Rua da ordem terceira.....	53
FIGURA 46 – Rua São Francisco .....	53
FIGURA 47 – Rua Maciel de Baixo .....	54
FIGURA 48 – Rua da Oração.....	54
FIGURA 49 – UNIBASE do Largo do Cruzeiro de São Francisco .....	54
FIGURA 50 – Largo do Cruzeiro de São Francisco .....	55
FIGURA 51 – Desenho da Igreja São Francisco.....	56
FIGURA 52 – Igreja São Francisco .....	56
FIGURA 53 – Vista aérea do Bairro de Santo Antônio, Recife/PE.....	59
FIGURA 54 - Ligação com o Bairro de Santo Antônio , Recife/PE.....	54
FIGURA 55 – Plano de Pieter Post. Mapa Vingboons/Recife - 1639.....	54
FIGURA 56 – Mapa do Recife, Douglas Fox, XIX .....	61
FIGURA 57 – Mapa de Zoneamento da Luos.....	63
FIGURA 58 – Teatro de Santa Isabel/PE.....	64
FIGURA 59 – Palácio da Fazenda/PE.....	64
FIGURA 60 – Casa da Cultura/PE.....	64
FIGURA 61 – Palácio das Princesas/PE .....	64
FIGURA 62 – Igreja de Santo Antônio/PE .....	64
FIGURA 63 – Convento franciscano/PE.....	64
FIGURA 64 – Vista aéreo Pátio do Livramento, Recife/PE.....	65
FIGURA 65 – V Rua da Penha, Recife-PE.....	65
FIGURA 66 – Rua Direita, Recife-PE .....	65
FIGURA 67 – Av. Nossa Senhora lado direito .....	66
FIGURA 68 – Av. Nossa Senhora lado esquerdo .....	66
FIGURA 69 – Mapa do Recife, Douglas Fox, XVII.....	66
FIGURA 70 – Mapa do Recife, Douglas Fox, XIX .....	67
FIGURA 71 – Pátio do Livramento no Século XVIII.....	68
FIGURA 72 – Mapa do Recife, Douglas Fox, XX .....	68
FIGURA 73 – Largo do Livramento, 1925 .....	69
FIGURA 74 – Postal Rua do Livramento, 1950 .....	69
FIGURA 75 – Pátio do Livramento, 1960 .....	69
FIGURA 76 – Planta baixa da proposta aprovada na década de 70.....	70
FIGURA 77 – Planta da proposta das edificações aprovada na década de 70.....	71
FIGURA 78 – Planta da proposta das edificações aprovada na década de 70.....	71
FIGURA 79 – Estacionamento no Pátio na década de 70.....	71
FIGURA 80 – Estacionamento no Pátio na década de 70.....	71
FIGURA 81 – Letreiros nas fachadas.....	72
FIGURA 82 – Feira no Pátio do Livramento .....	72
FIGURA 83 – Comércio Informal no Pátio do Livramento.....	72
FIGURA 84 – Comércio Informal no Pátio do Livramento.....	73

FIGURA 85 –Setorização.....	74
FIGURA 86 – Rua da Penha, Recife-PE.....	74
FIGURA 87 – Rua Direita, Recife-PE .....	74
FIGURA 88 – Pátio do Livramento, Recife-PE.....	75
FIGURA 89 – Pátio do Livramento em dia de domingo.....	76
FIGURA 90 – Pátio do Livramento no período da noite .....	76
FIGURA 91 – Pátio do Livramento em horário de Expediente comercial .....	77
FIGURA 92 – Igreja do Livramento .....	79
FIGURA 93 – Rua da Penha, Recife-PE.....	80
FIGURA 94 – Rua direita, Recife-PE .....	80
FIGURA 95 – Rua direita, Recife-PE .....	81
FIGURA 96 – Rua Porão, Recife-PE .....	81
FIGURA 97 – Rua das Calçadas .....	81
FIGURA 98 – Rua da Penha, Recife-PE.....	81
FIGURA 99 – Percussão .....	83
FIGURA 100 – Capoeira .....	83
FIGURA 101 – Outras sapresentações .....	83
FIGURA 102 –Dança afro.....	83
FIGURA 103 –Setorização.....	88
FIGURA 104 –Planta baixa da proposta .....	96
FIGURA 105 –Pespectiva geral da proposta.....	97
FIGURA 106 – Pespectiva dos espaços proposto .....	98
FIGURA 107 –Sujestões nas fachadas .....	99
FIGURA 108 –Perspectiva das sugestões nas fachadas .....	100
FIGURA 109 – Perspectiva das sugestões nas fachadas.....	100
FIGURA 110 – Pespectiva do comércio consolidado na rua Penha .....	101
FIGURA 111 – Pespectiva do comércio consolidado na rua Direita .....	101
FIGURA 112 – Proposta de iluminação no Pátio .....	102
FIGURA 113 – Pespectiva de iluminação para Igreja .....	102

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Análise comparativa .....	57
QUADRO 02 – Proposição .....	93
QUADRO 03 – Proposição .....	94
QUADRO 04 – Proposição .....	95

## **LISTA DE SIGLAS**

**CECI** - Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

**CHS** - Centro Histórico de Salvador

**CI** - Conservação Integrada

**DPHAN** - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**DPPC** - Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural

**FCCR** - Fundação de Cultura da Cidade do Recife

**FIDEM** - Fundação para o Desenvolvimento Metropolitano do Recife

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPAC** - Instituto dos Patrimônios Artístico e Cultural

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**LUOS** - Lei de Uso e ocupação do Solo

**PCR** - prefeitura da cidade do Recife

**PMS** - Prefeitura Municipal de Salvador

**RMR** - Região Metropolitana do Recife

**RPA** - Região Política Administrativa

**SPA** - Setor de Preservação Ambiental

**SPHAN** - Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**SPR** - Setor de Preservação Rigorosa

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**ZEPH** - Zona Especial de Patrimônio Histórico

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
1.1 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS.....	17
1.2 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NO BRASIL.....	21
1.3 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO AO CONJUNTO URBANO .....	24
1.3.1 Prservação Urbana.....	26
1.4 A CONSERVAÇÃO INTEGRADA E A REABILITAÇÃO URBANA .....	24
1.5 LEGISLAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NO BRASIL .....	32
<b>CAPÍTULO 2. ESTUDOS DE CASO.....</b>	<b>34</b>
2.1 PÁTIO DE SÃO PEDRO RECIFE-PE .....	34
2.1.1 Problemática.....	40
2.1.2 Programa de Recuperação do Recife.....	40
2.2 INTERVENÇÃO URBANA NO PELOURINHO, SALVADOR-BR.....	55
2.2.1 Projeto do Centro Histórico do Pelourinho .....	45
2.2.2 Largo do Pelourinho .....	47
2.2.3 Largo do Cruzeiro de São Francisco .....	52
2.3 PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVA .....	55
2.4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESTUDOS DE CASO .....	55
<b>CAPÍTULO 3 ESTUDO DA ÁREA .....</b>	<b>57</b>
3.1 LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO .....	58
3.2 HISTÓRICO DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO .....	59
3.3 LOCALIZAÇÃO DO PÁTIO DO LIVRAMENTO .....	64
3.4 BREVE HISTÓRICO DO PÁTIO DO LIVRAMENTO .....	65
3.5 CONTEXTO ATUAL .....	72
3.6 ANÁLISE DO ENTORNO .....	79
3.7 PROBLEMAS E POTENCIALIDADE .....	81
<b>CAPÍTULO 4 PROPOSTA DE REABILITAÇÃO URBANA NO PÁTIO DO LIVRAMENTO .....</b>	<b>85</b>
4.1 A ESSÊNCIA DA PRESERVAÇÃO DO BEM.....	85
4.2.METODOLOGIA DA PROPOSTA .....	85

4.3 O RECONHECIMENTO DO BEM.....	87
4.3.1 O vaolor histórico .....	87
4.3.2 Diretrizes da intervenção .....	91
4.3.3 As proposições da intervenção .....	91
4.4 A JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA NO PÁTIO DO LIVRAMENTO .....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICE</b>	
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi elaborado com o objetivo de propor a reabilitação urbana associada aos valores da Conservação Integrada – CI que cada vez mais vem sendo utilizados nos planos urbanísticos em busca de restituir, os centros históricos urbanos. Reabilitar é uma forma de salvaguarda do patrimônio urbano e edificado cidade, que ganhou forças nos anos 60 e 70 na Europa para conter o processo de alterações morfológicas das áreas centrais geradas pela renovação urbana.

No Brasil, a reabilitação vem sendo bastante utilizada tanto na abordagem social, como na econômica, juntamente com a CI que resgata os valores identitários das áreas degradadas, descaracterizadas ou em decadência.

A descaracterização e a degradação dos centros históricos são fenômenos comuns em várias cidades brasileiras e em outros países do mundo, e está diretamente associada ao esvaziamento populacional e ao arruinamento natural. Este esvaziamento tem causado consequências nas transferências das atividades tradicionais desenvolvidas nos centros antigos, que passam a ser substituídos por novas áreas projetadas da cidade, que atendam às exigências contemporâneas da sociedade. Dessa forma, ocasiona a desvalorização urbana com prejuízos decorrentes que atingem, diretamente a população, acarretando o sentimento de perda. É nesses centros, onde se concentram grandes parcelas do patrimônio histórico e cultural das cidades, ocorrendo a descaracterização e a degradação do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico, promovendo grandes efeitos negativos sobre a identidade e o patrimônio (PICKARD, 2001 apud VIEIRA, 2008).

O Recife é uma das cidades brasileiras reconhecida pelo seu patrimônio histórico, artístico e cultural com vários monumentos arquitetônicos e sítios tombados em níveis federal, estadual e municipal. Apesar de sua importância, o centro histórico do Recife também vem sofrendo processos de desvalorização e descaracterização urbanas semelhante a outras cidades.

A partir dos anos 70, o comércio varejista bem consolidado nessas áreas e voltado à classe de menor poder aquisitivo, tentou contribuir para esse acontecimento. Além de que o Recife está

passando por um processo de metropolização, onde as atividades são descentralizadas e expandem - se para a zona sul e centro oeste (ZANCHETTIZ, 1995, apud VIEIRA, 2008).

No Recife, existem quatro pátios no centro histórico da cidade: Pátio do Terço, Pátio de São José de Ribamar, Pátio de São Pedro e o Pátio do Livramento que é o objeto de estudo desse trabalho. No entorno do objeto de estudo, só o Pátio de São Pedro, Igreja de São Pedro dos Clérigos e casarios coloniais são tombados como conjunto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Os demais são monumentos isolados, como: Teatro Santa Isabel, Casa da Cultura, Palácio das Princesas, Liceu de Artes e Ofícios, Igreja do Carmo, Convento de Santo Antônio, entre outros (MENEZES, 1999).

Entre tantos pátios existentes no Recife, o Pátio do Livramento tem grandes valores econômicos, religiosos, sociais e culturais para a cidade. É importante ressaltar que o Pátio do Livramento, localizado no Bairro de Santo Antônio, em uma Zona Especial de Patrimônio Histórico - ZEPH-10, no Setor de Preservação Rigorosa - SPR-4, protegido pelas três esferas, que requer cuidados específicos, inserido no polígono de tombamento do IPHAN. Onde não está tombado a nível federal, estadual nem municipal ao mesmo tempo, o polígono do IPHAN garante a preservação de todo o Bairro.

O Pátio do Livramento é constituído pela Igreja de Nossa Senhora do Livramento, erguida em 1720 e concluída em 1856 em estilo barroco que não é tombada. Ela encontra-se separada do Pátio por um gradil de ferro, acima de uma escadaria de pedras de cantaria e em granito lavrado, precisando de manutenção. Nas fachadas laterais, pintura desgastada, o reboco despreendendo-se, apresentando falta de manutenção. Além de barracas que se localizam sobre a estreita calçada circundando o monumento - sinais de não importância pelo antigo e pelo religioso.

Segundo Medeiros e Campana (2008), além da Igreja, o Pátio é constituído pelas edificações no entorno, do século XVIII, com influência neoclássica e eclética com a morfologia preservada e caracterizada ao modo lusitano, alinhadas à rua, altas e estreitas com dois, três e quatro pavimentos, e atualmente, sofrem alterações internas e externas. Na parte interna foi transformada em um único espaço para exposição de mercadorias. E na parte externa, nas

fachadas, encontram-se alteradas visivelmente com revestimentos cerâmicos, sinalização de placas e letreiros sem nenhuma preocupação estética, eliminando os detalhes arquitetônicos. Além do mais, o comércio varejista, principal uso presente em todos os imóveis, contribui para que as fachadas sejam descaracterizadas à medida que suas aberturas (portas e janelas) tradicionais dos casarios fossem substituídas por grandes aberturas para dar passagem aos clientes e as mercadorias. Os pavimentos superiores são utilizados como depósitos para mercadorias, o que contribuem ainda mais para a descaracterização dos casarios e conseqüentemente do Pátio do Livramento.

Quanto ao espaço urbano, observa-se a existência de problemas de diversas ordens, que vão desde a manutenção até a utilização inadequada dos espaços públicos. As calçadas em pedras encontram-se sem manutenção. As lojas instaladas nas edificações ultrapassam os limites, utilizando as calçadas para expor suas mercadorias. Também é visível a instalação do comércio informal – camelôs com carrinhos de mão em trechos que deveriam servir para o percurso dos pedestres. A carga e descarga de mercadorias acontecem em horários diversos do dia, causando um grande conflito para a região. O mobiliário urbano (bancos, luminárias e lixeiras) está presente no espaço livre público sem uso, sem manutenção e sem utilidade, desgastado pela ação do tempo e pela má conservação da área.

A descaracterização e a degradação ao longo dos anos no Pátio do Livramento são resultados da falta de controle urbano pelo poder público, devido a pouca atenção ao patrimônio histórico, a não preservação desse espaço pelos próprios usuários, além da ausência de ações relacionadas à educação patrimonial, entre tantas outras causas. Por isso, há necessidade de recuperar e de preservar o Pátio e outras áreas centrais, à exemplo do que já foi realizado em várias cidades do Brasil e do mundo, pois esses centros históricos constituem a memória de um povo.

Diante do problema descrito, esse trabalho se justifica porque o Pátio do Livramento é digno de ser preservado como um BEM no centro histórico da cidade, para garantir a vitalidade associada ao tempo de existência, à integridade e à memória do indivíduo gerando benefícios para o desenvolvimento social e econômico. Há de se pensar o espaço e promover o

andamento correto para a vitalidade do patrimônio gerando benefícios e servindo de experiências para outras intervenções similares.

Além do mais, o pátio está inserido no Setor de Preservação Rigorosa SPR- 4 constituído por áreas de importante significado histórico e cultural, que requerem sua conservação e manutenção. Com uma grande variedade de monumentos tombados em níveis federal, estadual e municipal em seu entorno e da diversificada arquitetura presente há séculos no Recife.

O objetivo geral desse trabalho será de elaborar uma proposta de reabilitação para o Pátio do Livramento, localizado no Bairro de Santo Antônio, Recife-PE. Os objetivos específicos são: identificar e resgatar os valores locais (econômicos, culturais, religiosos, sociais, arquitetônico, urbanístico e paisagístico) e propor a implantação de um programa de educação patrimonial; preservar a tipologia existente e restituir os elementos arquitetônicos das edificações adaptando-os à realidade atual; Readequar os usos dos espaços existentes no Pátio (espaços públicos – retirar o comércio informal e o privado – não ultrapassar os limites das lojas nas calçadas); reabilitar e respeitar a morfologia urbana adequando ao espaço público existente e implantar a infraestrutura e mobiliário urbanos.

Como procedimento metodológico, o trabalho está estruturado em quatro etapas. Na primeira etapa são realizadas pesquisas bibliográficas, documentais, artigos, fotografias, ilustrações, sites, trabalhos de graduação e legislação em órgãos públicos específicos para atingir os objetivos da pesquisa. Faz-se necessário a compreensão da teoria, dos conceitos e métodos que estruturam a propostas. Neste sentido, a pesquisa fundamenta-se nos temas abordados: espaços livres públicos no coração da cidade e a preservação do patrimônio edificado ao conjunto urbano, utilizando como base o conceito da CI, a reabilitação urbana, teórico Cesare Brandi, Carta de Veneza (1964), Carta de Lisboa (1995), Declaração de Amsterdã (1975).

A segunda etapa é a pesquisa de estudos de casos, considerados o meio mais coerente de investigação, para se chegar à proposta do trabalho. Nesses estudos são analisadas três propostas de reabilitação em centros históricos. Primeira: Pátio de São Pedro, Recife-PE; segundo: Largo do Cruzeiro de São Francisco, Pelourinho e o Largo do Pelourinho, Salvador-

BA. Esses estudos são relevantes na estruturação de uma análise, que vai orientar na elaboração de diretrizes tiradas a partir de um quadro comparativo que aproveite o melhor de cada caso.

A terceira etapa é o conhecimento da área de estudo. Nessa etapa busca-se o entendimento do Pátio de Livramento em várias dimensões e no contexto geral da cidade. Em seguida, é feito um estudo aprofundado da situação atual do Pátio do Livramento e seu entorno, com levantamentos fotográficos, ilustrativos, legislativos, normas técnicas, entrevistas dos usuários e identificação dos problemas e potencialidades.

Por fim, é apresentada a proposta de reabilitação, seguindo todas as etapas de processo projetuais, usando os requisitos do planejamento urbano.

## CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo diz respeito à base teórica para a elaboração da proposta estudando: os conceitos, a definição, a evolução dos espaços livres públicos nos centros urbanos e a preservação de um único patrimônio edificado ao conjunto urbano, utilizando o conceito de Conservação Integrada - CI e a reabilitação urbana. Também serão abordados os espaços livres públicos no Brasil e, em específico, no Recife, aprofundando-se no conceito de pátios.

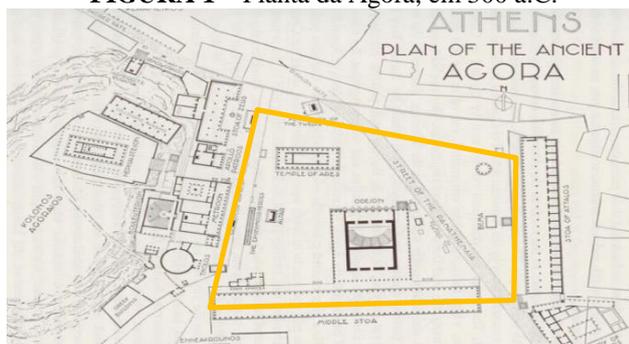
### 1.1 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Os espaços livres públicos são importantes elementos estruturadores do contexto urbano. Define-se em um espaço não edificado ou com mínimos elementos construtivos de livre acesso a todos, em todo momento. E de acordo com Sá Carneiro e Mesquita, (2000, p. 24) “São lugares de usos diversificados como locais de permanência, acontecimentos e encontros. São eles: ruas, passeios, vielas, pátios, largos ou com presença efetiva de vegetação parque, praça, jardins”.

Para Macedo (1993, p. 16) “Os espaços livres são todos aqueles não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho e por onde as pessoas se movimentam no cotidiano urbano. As ruas, praças, pátios, parques, entre outros”.

A origem do espaço livre público, por excelência, foi precisamente na Grécia. A ágora (Figura 01) era considerada o espaço mais importante da época. Eram locais de reuniões, notícias cerimônias e competições.

**FIGURA 1** – Planta da Ágora, em 300 a.C.

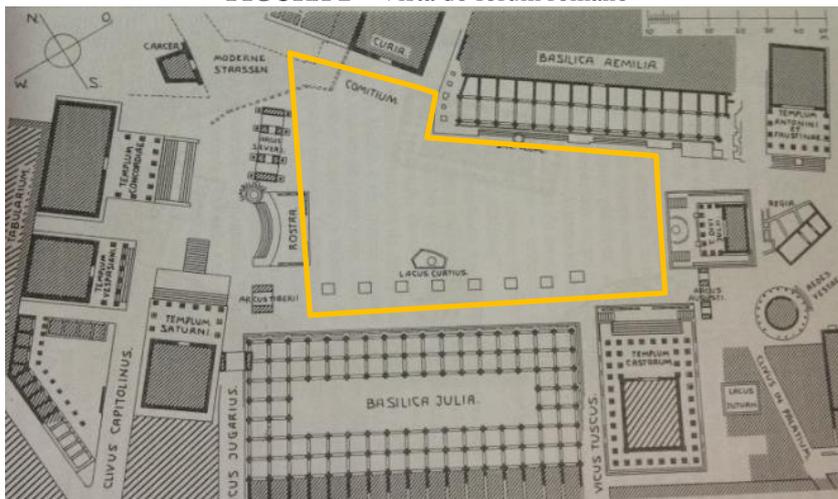


**FONTE:** Benevollo, 2000, p. 100

Sua função era de ponto de encontro. A evolução da ágora foi o espaço aberto com uma configuração espacial formal propriamente público, que poderia ser ocupado por variadas atividades rodeado por edifícios públicos de funções administrativa e jurídica, que funcionava como a praça pública da cidade-estado ou polis. O centro era considerado como o local dos negócios para a formação de opiniões públicas (LAMAS, 1993).

Na Roma antiga, o fórum (Figura 2) localizava-se no centro da cidade. Era considerado o mais importante espaço livre público com formas e usos diferentes da “ágora pelo traçado mais complexo, ou seja, menos regular, cujos usos são diversificados (a basílica, a praça central, o mercado, os templos e o teatro), cuja implantação não assentava numa regra de relação formal entre os edifícios e sim aleatória” (ORLANDI, 1994 apud PEREIRA, 2008, p. 26).

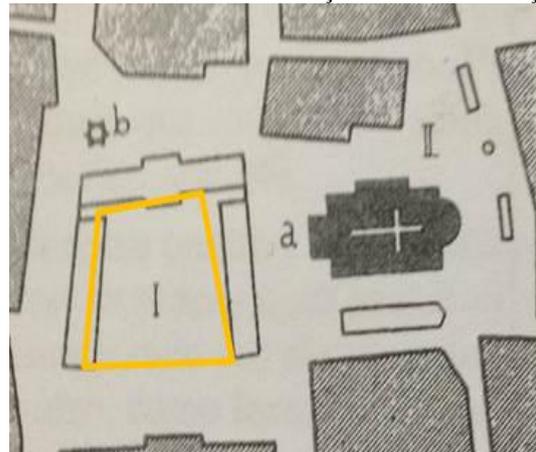
**FIGURA 2** – Vista do fórum romano



**FONTE:** Sitte, 1992, p.18

Na idade média, o conceito de espaço livre Greco - Romano evoluiu para o espaço livre público orgânico no centro da cidade medieval. Esse espaço era considerado orgânico, devido seu admirável desenho e sua riqueza em formas irregulares como: triangular, oval e quadrada, uma referência na estrutura urbana, onde suas funções eram comerciais, civis e religiosas (Figura 3). Eram configuradas como praça mercado e praça da igreja local com função social situada na urbe, rodeada de diferentes poderes, onde havia reuniões em convívio com os fiéis antes de ir à missa. Também local onde se deixavam os cavalos para ir à praça do mercado (ORLANDI, 1994 apud PEREIRA, 2008).

**FIGURA 3 - Praça Mercado e a Praça da Igreja**



I Praça do mercad  
II Frauenplatz  
a Igreja de Maria  
b chafariz

**FONTE:** Camillo Sitte, 1992, p.37

Os espaços livres públicos do renascimento (Figura 4) considerados como centros livres ou vazios de encontros, mercados e reuniões serviam de embelezamento para a paisagem da cidade através do artifício da perspectiva que servia para dar suntuosidade à cidade. Sendo classificada como pertencente à estrutura urbana e adquirindo valores: funcional, social, simbólico e artístico (LAMAS, 1993).

**FIGURA 4 – Praça de São Marcos, Veneza (Itália)**



**FONTE:** <http://ginapsi.wordpress.com/tag/basilica-de-sao-marcos/>,2013

Para Lamas (1993, p.170), o espaço livre barroco (Figura 5) ganhou uma forma geométrica com escala enorme formando “a composição do espaço recorrendo ao poder da emoção, a comover e a render as mais altas expectativas do utilizador”.

**FIGURA 5** – Vista Aérea da Praça de São Pedro em Roma



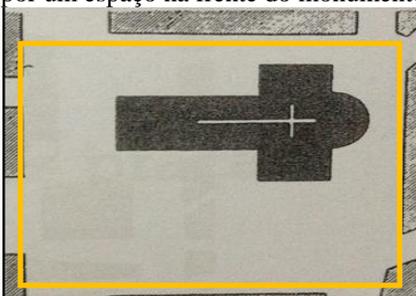
**FONTE:** <http://www.minube.com.br/sitio-preferido/praca-de-sao-pedro-a4819,2013>

Serão abordadas as tipologias e morfologias dos espaços livres públicos que para Sitte descreve como centros livres:

Para Sitte (1992), os centros livres públicos funcionavam como espaço em destaque a Igreja, pois estava cercado por ruas fazendo com que a edificação em destaque ficasse isolada do contexto. Onde a igreja nunca estava isolada porque havia presença de edificações sempre em um dos dois lados.

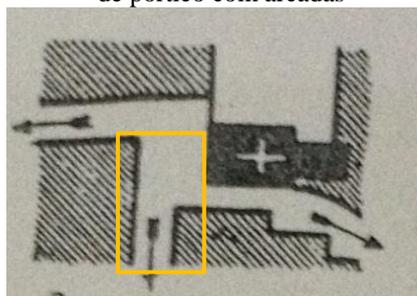
Sitte (1992) descreve três tipos de centros livres na antiguidade que são: Cercado por casas recortando por um espaço chamado de centro do plano da igreja onde se aproxima da antiga disposição de monumentos nas bordas das praças tido como construção isolada. Em Roma, este tipo de disposição (Figura 6), é a mais desfavorável, porque o efeito da obra não se encontra em lugar algum ficando exposta, anulando a possibilidade harmônica entre o edifício e seu entorno; fechado e coeso - utilizando-se de pórtico com arcadas (Figura 7); e o último - com três ou quatro ruas desembocando em ângulos diferentes do centro livre, onde o procedimento construtivo adotado na maioria das construções urbanas antigas (Figura 8).

**FIGURA 6** - Cercada por casas recortando por um espaço na frente do monumento



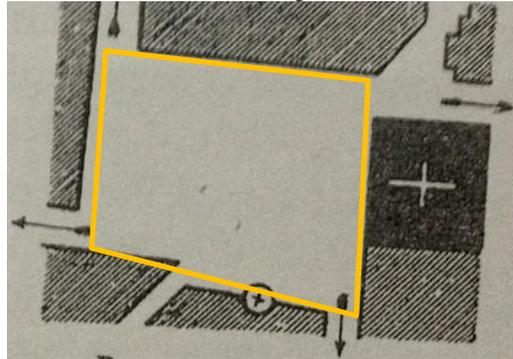
**FONTE:** Camillo Sitte, 1992, p.50

**FIGURA 7**- fechado e coeso - utilizando-se de pórtico com arcadas



**FONTE:** Camillo Sitte, 1992, p.43

**FIGURA 8** - três ou quatro ruas desembocando em ângulos diferentes



**FONTE:** Camillo Sitte, 1992, p.49

Para Sitte (1992), o melhor desenho do centro livre é aquele com três ou quatro ruas formando um ângulo, onde a disposição das ruas representa uma melhor escolha como mostra a figura 08. Pois, de acordo com o autor, esse modelo permite que em qualquer lugar se tenha linha de visão.

A Morfologia dos centros livres na antiguidade apresentava traçados tortuosos e irregulares de variadas dimensões, onde se destaca a igreja pela sua escala em relação ao entorno. Eram compostas por uma fileira de casas com porta e janelas em linha reta, alinhadas frontalmente e coladas lateralmente com um visual homogêneo do conjunto edificado. Na sua grande maioria sem arborização, sempre gerando uma perspectiva (CRUZ, 2002 apud BARROS, 2003).

Diante desse estudo nos espaços livre públicos na antiguidade, idade média, renascimento e barroco, o conceito evoluiu gerando uma transformação na paisagem urbana que aconteceu em diversos séculos do mundo com formas variadas em largura e profundidade, tamanhos diferenciados, perspectiva dependendo da posição do observador, suntuosas, artísticas e ornamentadas de funções religiosas, civis e comerciais de livre acesso para toda a sociedade. Conclui-se, que pela variação de usos nos espaços livres tornaram-se um local para atividades diversas, integrada na cidade como importante elemento estruturador do centro urbano.

## 1.2 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NO BRASIL

Para Zancheti (1987), os espaços livres públicos no Brasil foi, em específico no século XVIII, uma autonomia criativa no quadro europeu, atingindo uma dimensão universal. A arquitetura clássica maneirista ou estilo chão e o barroco setecentista gerando espaços significativos nos

diversos continentes urbanos de presença portuguesa. Espaços abertos largos, praças e pátios diluídos ou fragmentados que permitiria um funcionamento precário, mas funcional, um equilíbrio entre diversos focos de poder da fortaleza. A Casa de Câmara, cadeia, Igreja, colégio e convento envolvidos na estrutura urbana.

Segundo Sá Carneiro e Mesquita (2000), os espaços livres públicos podem ser classificados em três categorias e nas suas funções, sendo elas:

Os espaços livres públicos de equilíbrio ambiental - São as reservas ecológicas, jardins botânicos, parques nacionais, cemitérios e campos de futebol, com a função de elevar as qualidades ambiental e visual. Possui uma expressiva concentração de vegetação, preserva e protege os recursos hídricos e alguns remanescentes naturais, servindo para equilibrar o ecossistema; os espaços livres de circulação - são as ruas, os viadutos, os estacionamento, entre outros, com a função de mobilidade; os espaços livres de recreação - são os pátios, largos, praças, parques, faixas de praia, quadras poliesportivas e jardins, com a função de lazer descanso, lazer cultural e lazer recreativo e atividades diversas para o convívio social.

Assim, considerando essas categorias como a base teórica desse estudo, foi analisada a categoria de espaços livres de recreação, que são: “os pátios, espaços consolidados a partir das necessidades surgidas durante o processo inicial de ocupação da cidade” (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p.27).

Para chegarem a essa definição, os autores destacam que há uma distinção ao se tratar dos espaços livres públicos de recreações no Brasil, especificamente em Recife, onde são comuns os largos e pátios estabelecendo as seguintes definições:

Pátios são espaços livres públicos definidos a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico expressivo, além do casario antigo aos quais dá acesso, quase sempre pavimentados e exercendo a função de respiradouros, de propiciadores do encontro social e eventualmente destinados a atividades temporárias;

Largos são espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação como mercado público, podendo também ser destinados a atividades lúdicas temporárias (SÁ CARNEIRO E MESQUITA, 2000, p.29).

Para o Padre França (2001), os pátios, são espaços religiosos que se propagou no mundo inteiro. E são bem presentes nas cidades modernas, podendo ter consonância e harmonia,

mesmo na mudança de utilização, usando só a referência e linguagem bem superficial, mas com o mesmo princípio religioso, agora cristão.

Os pátios são heranças portuguesas, onde os espaços abertos eram dominados por igrejas e conventos ou de confrarias. E nasceram com funções religiosas, porque as antigas civilizações eram organizadas por princípios religiosos. Essas joias adaptadas, pela arquitetura colonial, eram usadas para realização de procissões, missões, festas em homenagem aos santos protetores e ligados às igrejas ao contrário da Europa. Com a perseguição aos princípios religiosos, no Brasil, começam com a expulsão da Companhia de Jesus perdendo o espaço sagrado (MENESES, 1999, acessado em 2013).

Para Marx (1980), os primeiros espaços livres públicos urbanos surgiram no entorno das Igrejas. Ao seu redor, foram construídos os edifícios públicos, palacetes e comércio servindo como local de convivência coletiva da comunidade são eles:

Largos pátios, rossios e terreiros, ostentando o nome do santo que consagrava a Igreja, garantiam uma área mais generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o seu frontispício. Serviam ao acesso mais fácil dos membros da comunidade, à saída e ao retorno das procissões, à representação dos autos- da – fé. E pelo seu destaque e proporção, atendiam também a atividades mundanas, como as de recreio, de mercado, de caráter público e militar. A linearidade, as ruas de interligação como as chamavam direitas (MARX,1980, p.54).

Para Lamas (1993), os pátios, largos e terreiros são espaços vazios ou alargamento da estrutura urbana de origens ocidentais. Com o tempo foram se adaptando às condições de outras épocas. O largo do mercado, o pátio ou adro fronteiro à igreja não são considerados praças e sim pequenos espaços vazios inseridos na idade média no começo do renascimento nos séculos XVIII e XIX.

A perda de antigas práticas fez surgir a indiferença pelos pátios de caráter religioso, que assumem atualmente uma função difícil de definir: não são praças públicas, nem sequer pátios religiosos. As mudanças de conceitos e de usos foram extintas. E a principal característica é o uso público (MENESES, 1999, acessado em 2013).

De acordo com todos os conceitos e definições de vários teóricos, conclui-se que os espaços livres públicos são predominantes de utilidade para o cidadão de espaço comum. Como base teórica desse estudo, foi adotada a categoria de **espaços livres públicos de recreação**, em específico **os pátios** que são espaços vazios urbanos definidos a partir de uma igreja ou de um

elemento arquitetônico expressivo. Nesses espaços são priorizados os encontros sociais e as atividades temporárias, muitas vezes realizadas pela igreja com as procissões, missas e festas em homenagens aos santos. Com o passar dos anos, tornaram-se espaços livre público de atividades diversas, constituindo-se em importantes elementos estruturadores dos centros urbanos.

### 1.3 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO AO CONJUNTO URBANO

Patrimônio histórico pode ser definido como um bem imaterial, matéria, natural ou imóvel que possui significados e importância, sendo eles: artística, cultural, religiosa, documental ou estética. O patrimônio cultural é composto de todas as expressões materiais e espirituais que o constituem, incluindo o meio natural para a sociedade (IPHAN, acessado em 2013).

Para Choay (2006, p.11), “Patrimônio histórico, um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos, que se congregam pelo seu passado comum”.

De acordo com Fonseca, (1994), “o termo patrimônio foi inspirado pela ideia de posse coletiva, a qual designava o conjunto de valores que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, de documentos de todos os cidadãos”.

Primeiramente, o bem tem duas vertentes: as pessoas e os objetos impessoais. “Os valores pertencentes às pessoas são os valores éticos e os valores dos objetos impessoais ditos como bens. Então, o seu reconhecimento enquanto bens se devem sempre a pessoas, inseridas socialmente e culturalmente numa certa sociedade” (JOHANNES HESSENJ 2001, p. 90 apud LACERDA E ZANCHETI 2012, p. 23).

Os conceitos de valores dos Bens estão relacionados à herança na busca de conservá-los prevendo um valor associado ao presente, passado e futuro que nos pertencem, “eles podem apresentar – como é o caso dos sítios históricos – vários tipos de valores: histórico, cultural que estão relacionados com os valores contemporâneos, artístico, cognitivo, econômico, além de outros, como o de existência e de opção” (LACERDA E ZANCHETI, 2012, p. 23).

Esses valores são divididos em dois tipos: o histórico e o contemporâneo. Os valores históricos: são os mesmos que rememoração, ligado ao passado, presente na memória associada a um bem de uma época desde a edificação, até os dias atuais. “remete aquilo que foi e não é mais, aquilo que jamais pode ser reproduzido. Diz respeito, obrigatoriamente, ao passado, culturalmente construído”. Reconhecendo a existência sem perder o significado e jamais ser reproduzido. Os valores contemporâneos: “opõem-se aos valores da antiguidade pelas características atuais, formas opostas e traçados causando o defeito da integridade está associado aos valores culturais.” E está relacionado a identidade social e a consciência do passado, que permite criar uma identidade comum entre, o presente e o futuro (RIEGL,1984 apud LACERDA E ZANCHETI,2012, p. 23).

Além desses valores, existem também os valores: de existência, cognitivo, artístico e econômico. O valor de existência é dado ao bem que simplesmente existe e condensa todos os demais valores citados anteriormente, e o valor de opção está relacionado ao valor de uso no futuro. “Esse valor limita-se às consequências irreversíveis explorando informações que não estão disponíveis e que são desconhecidas” (BENEVOLO, 1997 apud LACERDA E ZANCHETI 2012, p. 26).

O valor cognitivo constitui em identificar o conjunto em áreas históricas e cultural da cidade, como um bem, e reconhecer os valores que causam “comportamentos econômicos, uma vez que a visitação do patrimônio pode repercutir na geração do emprego e da renda. Se isso acontece, deve-se à sua própria existência ao longo do tempo” (HUGO 1991 apud LACERDA E ZANCHETI, 2012, p. 25).

Para Riegl (1984), os valores artísticos estão relacionados a apreciação estética na subjetividade de cada indivíduo quando se relaciona com o bem. Para o historiador, o valor das áreas históricas está relacionado com o estilo arquitetônico “podendo ou não, apresentar um valor artístico para as gerações futuras. Por não existir um valor de arte eterna deve-se levar em consideração um valor futuro, desconhecido e imponderável, o que remete necessariamente aos valores da existência que está relacionado com a história e a cultura” (HUGO 1991 apud LACERDA E ZANCHETI 2012, p. 25).

O valor econômico de um bem está relacionado a sua utilidade, “o que significa identificar uma demanda de uso associado ao usuário e ao potencial do patrimônio histórico, artístico e cultural. Essa valorização do bem pode ser quantificada mediante a recuperação para fonte de crescimento econômico” (HUGO 1991 apud LACERDA E ZANCHETTI 2012, p. 25).

Conclui-se que entre todos os valores relacionados ao reconhecimento do bem como herança do passado pertencentes no presente para o futuro, tem-se ou se deve ter um cuidado especial no que realmente o bem representa para o ser humano e o que o ser humano representa para o bem.

### 1.3.1 A Preservação Urbana

A França é considerada o berço do conceito de patrimônio cultural histórico. A noção de patrimônio evoluiu para o centro histórico da cidade, desde o final do século XIX. Surgindo assim o conceito de patrimônio urbano (SCIFONI, 2003 apud ANSBACH, Acessado em, 2013).

Em 1887, foi criada a primeira lei de preservação do Patrimônio na França. Várias adaptações foram surgindo ao longo dos anos, e só em 1913, ela foi concluída. Essa lei não dispunha de instrumentos especializados para as intervenções urbanas. Por isso, no mesmo ano, foi criada uma comissão fundamentada nos conhecimentos da história e da arquitetura, auxiliando nas tarefas de restauro para entender o grau de degradação (CHOAY, 2006 apud ANDRADE, 2012).

No século XX, a França discute sobre práticas de intervenção e conservação favoráveis aos valores do patrimônio histórico, que se propagou no mundo inteiro; principalmente o que se referia às adaptações associadas ao tempo em favor do valor. “O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo, o monumento histórico relaciona-se com a memória viva e com a duração” (CHOAY, 2006 p. 26 apud ANDRADE, 2012, p.16).

O centro urbano, caracterizado como o coração da cidade, é o espaço onde concentra diversas atividades, como: comércio, serviços, habitação, lazer. Sendo assim, os centros são espaços dotados de valores simbólicos, onde se concentra grande parcela do patrimônio histórico e arquitetônico.

O centro histórico é o núcleo central de um conjunto urbano, formado ao longo de um horizonte temporal alargado, que pode ou não manter vestígios dessas várias épocas, e que foi isolado pela expansão acelerada da época industrial e pós-industrial. Hoje, verifica-se gradualmente a desertificação destes centros históricos, terciarizados e socialmente envelhecidos, que urge recuperar para que se possa reaver a sustentabilidade e a escala humana das cidades, alterada pela época industrial (FLORES, 1998 apud, TAVARES, 2008, p.18)

Se olharmos para os centros históricos, eles não dão espaço para o tempo onde está a memória das pessoas. Ligada à memória de uma cidade que implica na condenação do passado, presente e futuro. Esse fenômeno de condenação ajuda as intervenções urbana ganharem espaços na tentativa de conter esses danos buscando a conservação urbana (FONSECA, 2006).

Após a Segunda Guerra Mundial, houve necessidade de reconstrução das cidades europeias devido as destruições. Aconteceram transformações sociais, econômicas e políticas. Muitos centros urbanos foram parcial ou totalmente destruídos fisicamente como na memória dos cidadãos. A partir dessa necessidade, surgiu uma temática de intervenções urbanas nos anos 60. A chamada renovação urbana, dominante até os anos 70. Partindo das agressões geradas pela renovação urbana onde prioriza “construir o novo”, o poder público da Europa começou a desenvolver um plano de revalorização urbana no centro histórico de Bolonha 1970. Anos após, o conceito foi documentado através da Carta de Lisboa 1995 e dividido, como uma forma de reabilitação, revitalização e requalificação de centros históricos para conter os processos de decadência, degradação e demolição gerados pela renovação urbana (LAPA E ZANCHETTI, 2012, p.12).

Esse plano de revalorização em Bolonha deu origem à Conservação Integrada – CI, onde seus princípios foram colocados em ordem na Declaração de Amsterdã 1975. Esses princípios foram adotados como diretrizes de planejamento urbano aplicados nas propostas de recuperação dos centros históricos em decadências de cidades de toda Europa como: a importância de preservar o patrimônio urbano arquitetônico e paisagístico; priorizar a

composição social presente e a relação direta com a história, a geografia, a cultura, a estética, a política, a economia, o patrimônio ambiental, a tecnológica que é da responsabilidade coletiva onde busca priorizar o desenvolvimento econômico e social (LAPA E ZANCHETI, 2002, p. 31 apud VIERA 2008, p. 64).

Para Lacerda e Zancheti (2012), a importância dada ao contexto urbano ganhou espaço sobre a conservação urbana, e para a utilização desse conceito deve-se perguntar em primeiro lugar O que se quer? Em seguida o que se deve conservar? Portanto, é necessário seguir os conceitos da significância, autenticidade e integridade dos bens.

A definição e divulgação do conceito de CI se deu através da Declaração de Amsterdã 1975, um marco nas práticas preservacionistas reintroduzindo na cidade antiga associada aos seus valores (LAPA E ZANCHETI, 2002, p. 31 apud VIERA 2008, p. 64).

A CI resgata “os valores patrimoniais urbanos, com respeito pela identidade, através dos métodos de intervenção com alguns eixos centrais: o respeito pela morfologia urbana e pela tipologia, a importância das áreas públicas, a percepção da arquitetura, estruturas políticas e ferramentas de gestão” (PICKARD, 2001, p.278 apud VIEIRA, 2008, p.80).

Declaração de Amsterdã descreve os princípios da CI. Esses podem ser resumidos segundo os seguintes enunciados básicos:

O patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino;

O patrimônio arquitetônico é composto de todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentem interesse histórico ou cultural. Nesse sentido, extrapola as edificações e conjuntos exemplares e monumentais para abarcar qualquer parte da cidade, inclusive a moderna;

O patrimônio é uma riqueza social; portanto, sua manutenção deve ser uma responsabilidade coletiva;

A conservação do patrimônio deve ser considerada como o objetivo principal da planificação urbana e territorial;

As municipalidades são as principais instituições responsáveis pela conservação, portanto devem trabalhar de forma cooperada;

A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas; A conservação integrada deve ser calcada em medidas legislativas e administrativas e eficazes;

A conservação integrada deve ser apoiada por sistemas de fundos públicos que apoiem as iniciativas das administrações locais;

A conservação do patrimônio construído deve ser assunto dos programas de educação, especialmente dos jovens;

Deve ser encorajada a participação de organizações privadas nas tarefas da conservação integrada;  
Dever ser encorajada a construção de novas obras arquitetônicas de alta qualidade, pois elas serão o patrimônio de hoje para o futuro (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975, acessado em 2013).

Para Lapa e Zancheti (2002), os princípios da CI passam a ser utilizados pelos planejamentos urbanos como suporte, em ações, na leitura do território urbano. Assim como o planejamento urbano favoreceu-se da CI para a leitura da cidade por meio do diagnóstico, analisando a morfologia e tipologia, do desagregando o macro e adaptando a localidade, privilegiando ações pontuais ao se tratar de partes heterogêneas na cidade.

Diante do que foi apresentado sobre o que o bem urbano no centro histórico representa e as formas de proteção do patrimônio edificado ao conjunto urbano são bastante abrangentes. Percebe-se que houve uma necessidade de intervir para conter as renovações devido à Segunda Guerra Mundial na tentativa de construir o novo. Por isso foi criada a declaração de Amsterdã em busca de reverter os conceitos que estavam sendo empregados todos relacionados à renovação urbana. O conceito de conservação urbana abrange todo o território priorizando os valores identitários locais e de todos os cidadãos.

#### 1.4 A CONSERVAÇÃO INTEGRADA E A REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA

A CI e suas ações de resgatar os valores urbanos estão sendo definidas na salvaguarda do conjunto com intervenções urbanísticas ganhando proporções macro e se integraram aos conceitos descritos na carta de Lisboa realizado em 1995.

Em 1954 na Europa, as preocupações em conservação dos centros urbanos e a perda da identidade das cidades provocada pelos processos de renovação urbana já eram bem visíveis no planejamento urbano. Por toda a Europa foi surgindo instrumentos de preservação urbana, onde a reabilitação estava sempre enquadrada por lei, tendo como referência a Lei de Malraux, de 4 de agosto de 1962. “Esta lei francesa foi determinante no contexto das políticas urbanas de reabilitação porque privilegiou a preservação e recuperação dos conjuntos urbanos com valor arquitetônico ou histórico, sobrepondo-se às anteriores estratégias substitutivas da renovação urbana” (MADEIRA, 2009 apud, SILVA, 2012, p. 33).

Nos anos 60, o conceito de reabilitação já estava sendo utilizado nas políticas de salvaguarda do patrimônio. Anos após, o conceito foi evoluído para a importância dos centros urbanos antigos, “começou por se considerar que estes espaços de valor histórico, artístico e cultural, mereciam ser conservados e reabilitados” (ROSÁRIO, 2010 apud, SILVA, 2012, p. 29).

A carta de Lisboa 1995 tem a finalidade de nortear as intervenções e os caminhos para a sua aplicação estabelecendo seus princípios, definições e conceitos específicos para a prática de intervenções urbana em centros históricos.

#### Artigo 1º

##### Renovação Urbana

Ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitetônicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Hoje, essas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados aos quais não se reconhece valor como patrimônio arquitetônico ou conjunto urbano a preservar.

##### Reabilitação urbana

É uma estratégia de gestão urbana que procura renovar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

##### Revitalização urbana

Engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.

##### Requalificação urbana

Aplica-se, sobretudo a locais funcionais da “habitação”; trata-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual (CARTA DE LISBOA, 1995, Art. 1º, apud IPHAN, acessado em 2013).

Com base nesses princípios, para esse estudo adotou-se o conceito de Reabilitação Urbana, entendendo que há um novo modo de pensar na salvaguarda da cidade, adotando estratégias de planejamento com métodos de renovação em centros urbanos, com o objetivo de buscar um dinamismo econômico, social e cultural.

Reabilitação é uma intervenção urbanística sobre uma área em crise, que necessita ser preservada tanto fisicamente, compreendida pela restauração e conservação das edificações, como principalmente a dinamização econômica e social, cultural e ambiental contribuindo para um ambiente funcional. A reabilitação deve está relacionada ao modo de vida da cidade,

com a população que procura e habita, preservando seus símbolos atuais e a memória do passado (SALGUEIRO E SOARES, 2006, apud TAVARES, 2008).

Definição da reabilitação urbana como “o processo corrente de intervir no tecido urbano existente, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da comunidade nele territorializada, desenvolvimento encarado nas suas múltiplas dimensões incluindo a espacial: a organização e a qualificação do território” para conservar o patrimônio construído (SOARES, 2006 apud TAVARES, 2008, p. 07).

O conceito busca o respeito pelo patrimônio urbano compreendendo suas características funcionais com a integração dos valores culturais do patrimônio urbano com uma soma de intervenções no espaço público e no edificado com o maior objetivo de valorização social. Sempre entendendo primeiro o problema, como também suas potencialidades para poder restituir em busca de melhorar a qualidade para o cidadão. Priorizando sempre manter a população no local para conter o processo de despovoamento. Essa intervenção é prioritariamente para preservar os elementos urbanos, sociais e físicos e também a memória da cidade (MAGALHAES, 2000, apud TAVARES, 2008).

Os argumentos descritos por Magalhães sintetizados para assim para se intervir no centro das cidades da seguinte forma:

Os residentes devem ser apoiados para que possam elevar as suas condições de vida ao nível das que têm os residentes de toda a região urbana envolvente;

Seria um desperdício de capital público deixar avançar o processo de declínio;

As atividades devem ser mantidas, na medida em que assegurem emprego e serviços aos residentes;

um centro forte é essencial para assegurar um bom sistema de transportes públicos;

o centro constitui o principal elemento de identificação da região urbana (MAGALHÃES, 2000, apud TAVARES, 2008).

A partir dessas análises, foi visto que a reabilitação está presente nos planos urbanísticos juntamente com a CI. A reabilitação prioriza às atividades exercidas respondendo as necessidades básicas de dinamismo social e econômico. Apoiadas em respeitar o patrimônio e os envolvidos. Pois ela tem se revelado uma grande intervenção de forma a devolver a vitalidade do espaço habilitado, seja macro ou em pequenos espaços tornando o ambiente mais atrativo gerando investimentos, desenvolvimento e valorizando a área ligada aos valores sociais, econômicos, histórico, cultural e urbano, que irão contribuir para a qualidade de vida urbana, trazendo para os usuários o máximo de benefícios possíveis e resgatando a identidade.

## 1.5 LEGISLAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL NO BRASIL

No Brasil, a noção de salvaguarda ganha forças e estabelece regras sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural e foi estabelecido pelo Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, ao poder executivo, onde foi instituído o tombamento conforme determinação do artigo 4º do DL 25/1937 que o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 1937, acessado em 2013).

A legislação no Brasil, para a proteção e tombamento do monumento, abrange três esferas: União (com as regras traçadas pela esfera federal); Estado e Município (ambos podendo elaborar uma legislação com regras internas e específicas que completem e respeitem a regra federal).

O IPHAN surge como organismo federal de controle e proteção para dar suporte ao Estado no direito do tombamento da propriedade particular, cujo o bem continua a pertencer ao proprietário, que não pode descaracterizar ou demolir sem a aprovação do órgão responsável (IPHAN, 1937, acessado em 2013).

O patrimônio histórico e artístico nacional constitui “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (íntegra do 1º § do Decreto-Lei n.25, Acessado em 2013).

De acordo com o decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, conforme a proteção do patrimônio cultural brasileiro na Constituição Federal de 1988, no capítulo da cultura no Artigo nº 23, 24, 215 e 216, os monumentos individuais e em conjunto que abrangem os bens da natureza material e imaterial com referência à identidade e memória de uma herança do posado, para a geração presente e as futuras que estão descritas abaixo:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II produção, promoção e difusão de bens culturais;

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação;

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem;

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais;

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei;

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas

dos antigos quilombos;

§ 6º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais vedado a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (IPHAN, 1937, acessado em 2013).

Conclui-se que foi preciso a salvaguarda de um bem no Brasil, que ganha força em 1937 e abrangem as três esferas (Federal, Estadual e Municipal). Em 1988, a constituição aborda a proteção do bem material e imaterial, seja ele individual ou em conjunto. No Brasil, as cartas patrimoniais são bastante utilizadas para a preservação dos bens.

## CAPÍTULO 2. ESTUDOS DE CASO

Este capítulo apresenta estudos de casos de pátios em centros históricos, que passaram por propostas de reabilitação urbana. A importância de pesquisar estudos de casos é verificar os resultados das propostas a fim de evitar problemas que já foram experimentados em outras realidades e tirar proveito dos benefícios que as propostas apresentadas promoveram.

Nesse trabalho, são analisados três estudos de casos de propostas de reabilitação em centros históricos, sendo eles: Pátio de São Pedro, em Recife, Largo do Pelourinho e Largo do Cruzeiro de São Francisco, ambos em Salvador.

### 2.1 PÁTIO DE SÃO PEDRO RECIFE-PE

O primeiro estudo de caso localiza-se no centro da Cidade do Recife-PE, Bairro de São José (Figura 9), que está inserido na Região Política Administrativa - RPA-1. Inserido em uma ZEPH-10, em um SPR- 4. Com vinte e sete (27) casarios e a Igreja São Pedro dos Clérigos. A escolha desse local deve-se ao fato de que há semelhanças tipológicas e morfológicas com o objeto de estudo, e por fazer parte da proposta de reabilitação executada no centro histórico do Recife.

FIGURA 9- Vista aérea do Pátio de São Pedro



FONTE: Google mapas, 2013

Os acessos ao pátio ocorrem pelas seguintes ruas: da TV. São Pedro, Fogo, das Águas Verdes Felipe Camarão e Travessa de São Pedro (Figuras 10, 11, 12,13 e 14). As ruas de acesso ao pátio são consolidadas com comércio varejista e atacadista.

**FIGURA 10 - Rua TV. São Pedro**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 11 - Rua do Fogo**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 12 – Rua das Águas Verdes**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 13 - Rua Felipe Camarão**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 14 – Travessa de São Pedro**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

Já o Pátio (Figura 15) tem como elemento principal a Igreja e um casario ao redor com museu, memoriais, centro de formações, núcleo de cultura, escritórios, bares e restaurantes populares, fazendo com que durante o dia, o fluxo de pessoas seja bastante intenso e à noite, pouco movimento. Um problema identificado é a falta de sinalização, que permitiria um melhor acesso ao pátio, seja pela população local ou pelo turista.

**FIGURA 15** - Pátio de São Pedro, Recife/PE



**FONTE:** Acervo de Sílvia Nunes, 2013

A Igreja e o Pátio enquadram-se na categoria de Conjuntos Antigos, inscritos no livro de tombamento e inseridos no polígono (Figura 16), do IPHAN, sob o número 187, Livro de Belas Artes, folha 33, em 20 de junho de 1938.

**FIGURA 16** - Polígono de Tombamento Homologado em 1985



**FONTE:** Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2013

O Pátio (Figura 17) formou-se após o surgimento da Igreja, que lhe deu o nome nas primeiras décadas do século XVIII. Em forma trapezoidal, com pedras irregulares compõem harmonicamente o conjunto. Em torno do pátio, está a arquitetura colonial do século XVI presente nas edificações, (Figuras 18 e 19) térreas e de dois pavimentos, que são geminadas e ornamentadas com frisos, entablamento, molduras em pedra ou argamassa e algumas delas são revestidas com azulejo, cerâmica e ladrilho.

**FIGURA 17** - Perspectiva do Pátio de São Pedro



**FONTE:** [http://www.pernambuco.com/turismo/turismo\\_igrejas](http://www.pernambuco.com/turismo/turismo_igrejas), 2013

**FIGURA 18** - Casarios no Pátio de São Pedro



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 19** - Casarios no Pátio de São Pedro

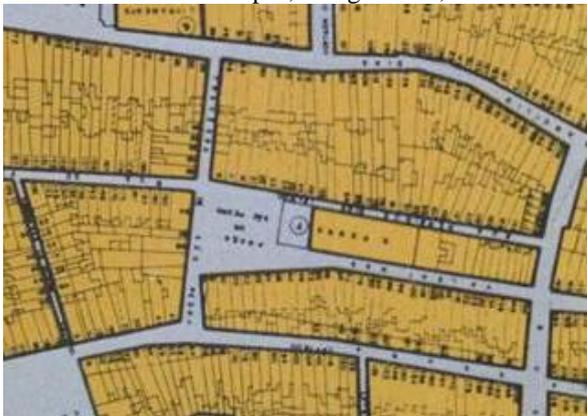


**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

Para a realização do entendimento da área, foram disponibilizadas as plantas antigas (Figuras 20, 21 e 22), que mostram a evolução e a configuração do Pátio. Mesmo sofrendo intervenções de mobilidade e de infraestrutura no entorno, na década de 60 e 80, o conjunto

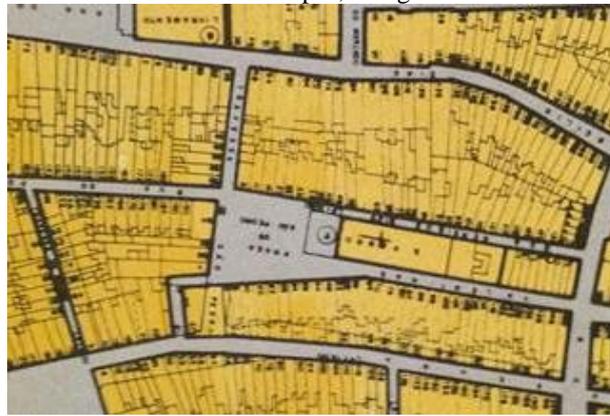
manteve-se íntegro por conta do controle do IPHAN. A Igreja e o conjunto edificados ainda mantêm um bom nível de integridade.

**FIGURA 20** - Levantamento da cidade no ano de 1808 por, Douglas Fox, 1906



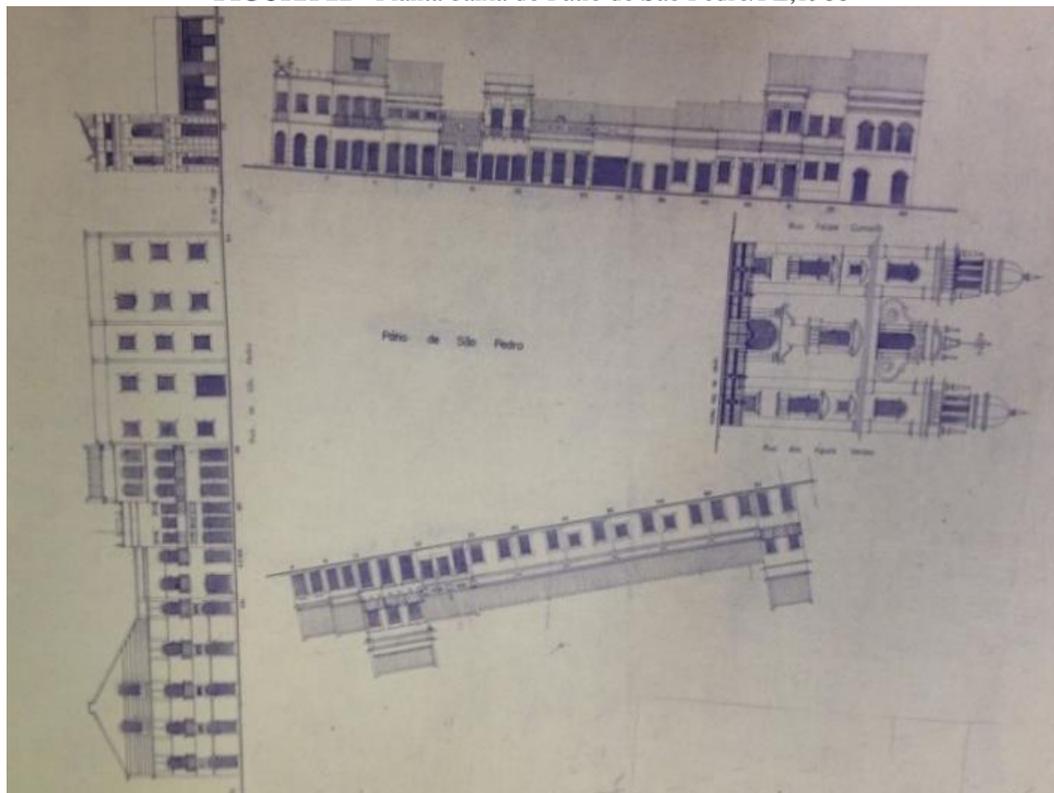
**FONTE:** Arquivo da diretoria de preservação do patrimônio cultural – DPPC, 2013

**FIGURA 21** - Levantamento da cidade no ano de 1906 por, Douglas Fox



**FONTE:** Arquivo da diretoria de preservação do patrimônio cultural – DPPC, 2013

**FIGURA 22** - Planta baixa do Pátio de São Pedro/PE, 1986

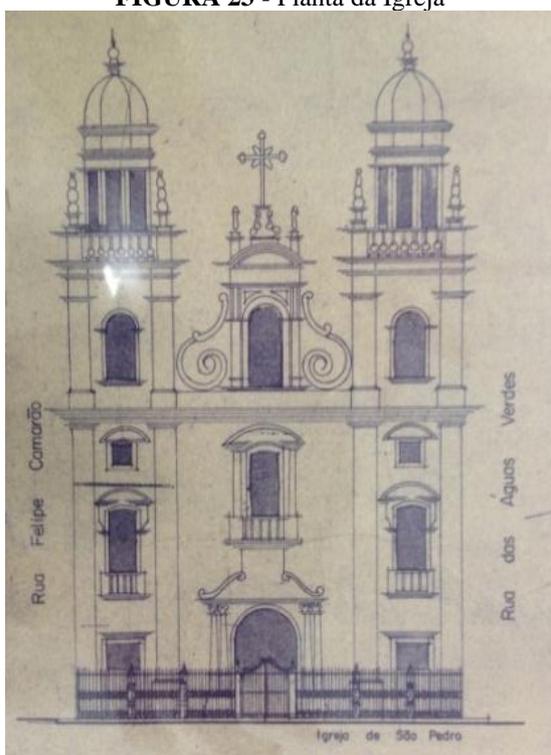


**FONTE:** Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2013

Quanto a Igreja de São Pedro dos Clérigos (Figuras 23 e 34), foi projetada no início do século XVIII sofrendo algumas reformas ao longo do século XIX. É a única Igreja de partido

poligonal do Nordeste, apresentando uma portada de excepcional beleza em sua fachada. Possui uma arquitetura barroca, entalhada em madeira e pedra com sua verticalidade monumental, que serve como ponto de orientação. No seu interior, uma harmonia perfeita com o estilo maneirista (KOHLE, 2010).

**FIGURA 23 - Planta da Igreja**



**FONTE:** IPHAN, 2013

**FIGURA 24 - Igreja São Pedro dos Clérigos**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

Atualmente, a igreja enfrenta sérios problemas de conservação, tanto na estrutura quanto nos ornamentos. O frontispício está bem conservado. No entorno, gradis de ferro sem manutenção descaracteriza o monumento. A igreja está em processo de restauração.

Outro aspecto analisado, diz respeito aos usos em um dos mais conhecidos polo turístico recifense. O pátio de São Pedro, com características predominantemente comerciais e culturais, reúne o Museu da Arte Popular, Memorial de Luís Gonzaga, Memorial de Chico Science, Centro de Formação, Pesquisa e Memória Casa do Carnaval, Centro de Formação em Artes Visuais, Centro de Design do Recife, Núcleo de Cultura Afra e Gastronomia. O Pátio agregou riqueza histórica e cultural e uma boa infraestrutura. Além disso, alguns eventos são realizados no pátio, o que dificulta ainda mais a preservação (Figuras 25, 26).

**FIGURA 25** - Eventos no pátio de São Pedro



**FONTE:** <http://dancarecife.blogspot.com.br/2009/10/patio-de-sao-pedro-recebe-aulao-de.html>, 2013

**FIGURA 26** - Carnaval no pátio de São Pedro



**FONTE:** <http://trilhanofio.files.wordpress.com/2011/02/sdc12925.jpg>, 2013

### 2.1.1 Problemática

O problema da descaracterização do Pátio de São Pedro começou no início do século XX, na década de 30. Ele era utilizado para depósito de lenha e de carvão para as padarias do bairro de São José. A moagem de café era feita ao lado da Igreja e a fumaça gerava danos ao dourado das talhas do monumento. Também se instalavam amoladores de facas, de tesouras e de alicates, depósitos de batata e cebola, bares e restaurantes populares e uma funilaria.

Na década de 60, o Pátio continuava a ser desvalorizado com outros problemas: a ocupação do comércio informal, feira livre e sucateiros causando insalubridade e degradando os casarios (KOHLEK, 2010).

### 2.1.2. Programa de Recuperação do Recife

No final da década de 70, foi instituída a revitalização após a desapropriação e a indenização dos ambulantes. O projeto foi dividido em cinco etapas: o telhado, as paredes internas, o piso, as fachadas dos trinta e três (33) imóveis e obras de infraestrutura. Os participantes foram: a prefeitura da cidade do Recife – PCR, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, a Fundação Roberto Marinho e as Tintas Ypiranga (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1970 apud, KOHLER, 2010).

Conforme mostra o jornal da década, “O Pátio de São Pedro foi o primeiro espaço urbano do Recife a ser objeto de uma intervenção pública para a criação de um espaço destinado, especificamente para o turístico. A PCR licitou permissões de uso após a revitalização com empreendimentos ligados a cultura e ao lazer, atraindo bares, restaurantes, lojas de artesanato, livraria, vendas de produtos típicos, antiquário e Empresa Metropolitana de Turismo – EMETUR” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1970 apud, KOHLER, 2010, p. 08).

Na década de 80 após a primeira revitalização, o pátio atingiu sua plena vitalidade. Os boêmios e grupos intelectuais começaram a frequentar o local, chegando a configurar o que foi chamada de Geração do Pátio com uma programação cultural e apresentações de manifestações populares (Figura 27).

**FIGURA 27** - Ciranda na década de 70 no Pátio de São Pedro



**FONTE:** <http://www.acervoorigens.com/2011/09/baracho-e-seus-cirandeiros-ciranda-no.html>, 2013

Apesar do sucesso inicial, algumas reportagens abordam que o projeto fracassou porque levou ao fechamento de lojas, além de sérios problemas de conservação urbana do logradouro e do entorno, falta de serviços públicos e ausência da população e do turista. “o Pátio tinha voltado a sediar bares e restaurantes populares, além de outros negócios não direcionados ao turismo” (KOHLER, 2010, p. 09).

Na década de 90, o pátio foi beneficiado com o trabalho da Glasurit do Brasil conveniado pela Prefeitura do Recife, com o projeto Suvinil, Cor, Arquitetura e Memória. A proposta de restauração das fachadas foi recompor os ornamentos e a pintura. Os serviços foram coordenados pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife (FCCR), sendo fiscalizado pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), também foram recuperados

os gradis de ferro e as portas de madeira. A Igreja não foi beneficiada com a pintura, porque seria restaurada pelo IPHAN (ALCINDO, 1990).

Em 2012, (Figura 28) foi feita a manutenção das edificações e pintura numa parceria com a Prefeitura e as Tintas Coral, obedecendo às recomendações do IPHAN com o projeto tudo de cor para o Pátio de São Pedro. Onde só poderão ser pintadas em tons pastéis nas cores amarelo azul, verde e rosa (BERNARDO, 2012).

**FIGURA 28** - Pátio de São Pedro depois da revitalização



**FONTE:** [http://www.pernambuco.com/turismo/turismo\\_igrejas,2013](http://www.pernambuco.com/turismo/turismo_igrejas,2013)

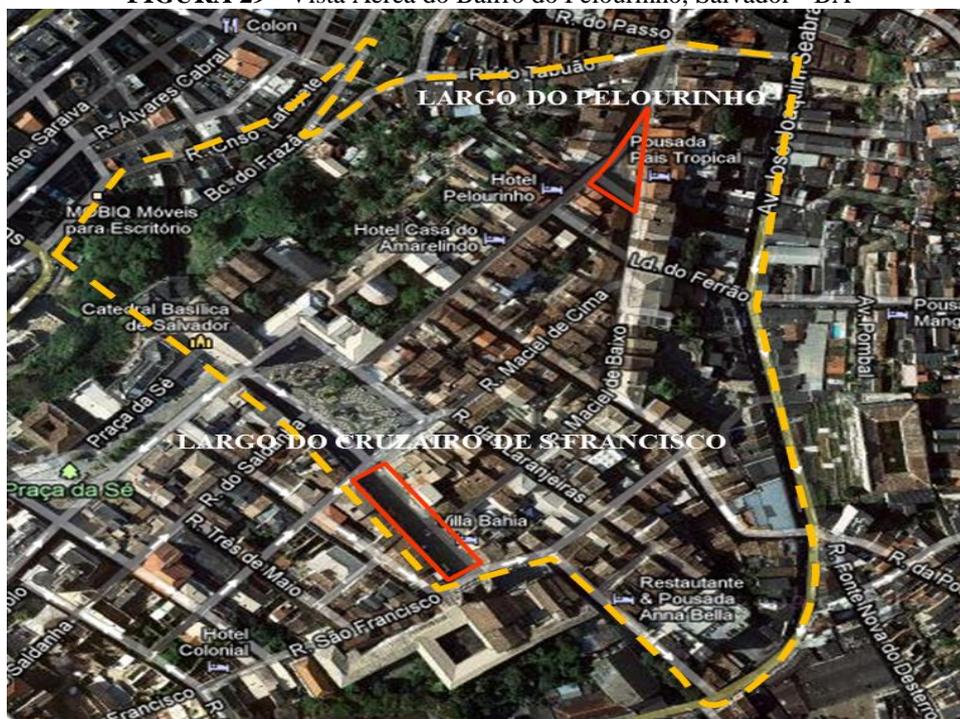
Os projetos de intervenções ao patrimônio histórico e cultural no pátio foram após o reconhecimento do conjunto (o tombamento). Os projetos foram norteados para fomentar o turismo, tratando patrimônio como uma mercadoria a ser vendida. O que contribui também para que houvesse um processo de gentrificação. A proposta não contemplou ações de educação patrimonial, não permitindo o acesso ao conhecimento e nem apreciação dos bens culturais tombados.

Atualmente, o conjunto está em um estado moderado de conservação precisando de pequenas manutenções e sinalizações de acessos. Os comércios varejistas e informais estão presentes no entorno e nos acessos ao pátio precisando de fiscalização, a fim de impedir que dentro de alguns anos o pátio se transforme num comércio informal. O estado de conservação das fachadas é uniforme com baixo grau de descaracterização, o que preocupa é a sujeira dos pombos, diariamente, no conjunto. Quanto a igreja, a previsão de conclusão da restauração já iniciada está prevista para encerrar no ano de 2014.

## 2.2 INTERVENÇÃO URBANA NO PELOURINHO, SALVADOR - BA

Para continuação dos estudos de casos, foram analisados dois Largos que fizeram parte da intervenção do centro histórico de Salvador, localizados no bairro do Pelourinho, conforme apresenta a (Figura 29). Ambos estão inseridos em uma área de proteção contínua e rigorosa aprovada pela Lei N° 3.289/83, Prefeitura Municipal de Salvador – PMS, no centro histórico da cidade, numa área de aproximadamente mil hectares, tombado pelo IPHAN e considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

**FIGURA 29 - Vista Aérea do Bairro do Pelourinho, Salvador - BA**

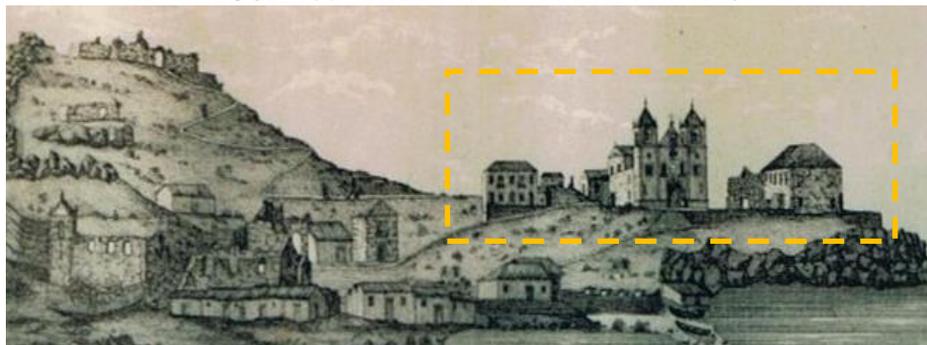


FONTE: Google mapas, 2013

A história do Pelourinho inicia-se, juntamente com a história de Salvador, fundada em 1549, por Tomé de Souza com ordem do Rei de Portugal, D. João III, para construir uma cidade fortaleza. Obedecendo a localização litoral costeira periférica com preferência por locais isolados como penínsulas, istmos e baías. Quanto à estrutura do tecido urbano, seguiu os preceitos do modelo medieval renascentista de montes e vilas enquadrados por terra e por mar, onde havia uma dinâmica entre a área portuária (Baixa) e o setor residencial (Alto) (ECOVIAGEM, 2013).

O Pelourinho está situado, na parte alta, (Figura 30) no coração da antiga cidade. Nele reúnem-se construções dos séculos XVII, XVIII e XIX com presenças de largos, terreiro, praças, igrejas, conventos e mosteiro. A estrutura urbana medieval de ruas estreitas e irregulares de arruamentos sinuosos é original do século XVI com expansões e pequenas alterações.

**FIGURA 30** - Pelourinho do lado direito em 1778



**FONTE:** <http://www.facebook.com/pages/Cidade-Velha/85005932729,2013>

Os problemas do Pelourinho são iguais a outros centros históricos do mundo em processo de decadência e degradação (Figuras 31 e 32). A transferência das atividades econômicas e a modernização da cidade contribuíram para essa consequência, “havendo um natural arruinamento das estruturas pela ação do tempo; a inexistência de instalações adequadas tornando os imóveis obsoletos às condições atuais de vida, provocando a substituição da população pobre, incapaz de manter os imóveis que ocupam” (MATTOS, 1978, p. 151).

Como descrito por Matos (1978, p.153), “o centro histórico do Pelourinho foi um local marginalizado e ponto de prostituição até a década de 80, aumentando, ainda mais o problema no conjunto arquitetônico e urbanístico”.

**FIGURA 31** - Pelourinho na década de 70



**FONTE:** Acervo de Miguel Rio Branco, 2012

**FIGURA 32** - Pelourinho na década de 70



**FONTE:** Acervo de Miguel Rio Branco, 2012

## 2.2.1 Projeto do Centro Histórico do Pelourinho

No início da década de 70, o poder público teve as primeiras atenções para o patrimônio edificado do centro histórico de Salvador. Foram realizadas pesquisas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN nas edificações sob responsabilidade do Arquiteto Paulo Azevedo. Neste mesmo período, é criada a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Foi elaborado um projeto com objetivos de recuperação e valorização de cada uma das unidades do conjunto arquitetônico; agenciamento das ruas e espaços livres públicos integrantes do conjunto, para que não prejudicasse a vida orgânica da cidade, beneficiando-o com novas atividades condizentes com o estado de recuperação; preservar as características socioeconômicas do conjunto a restaurar, tanto para a população fixa, quanto para a flutuante. Somente a partir dos anos 80 (com o reconhecimento do conjunto como patrimônio da humanidade pela UNESCO) é que as intervenções foram acontecendo. (MATTOS, 1978).

A revitalização do Pelourinho (Figuras 33 e 34) foi iniciada na década de 90 com o acompanhamento do Arquiteto Luiz Filho, os técnicos da Organização dos Estados Americanos - OEA, sob a orientação do DPHAN e do Governo do Estado.

**FIGURA 33** - Larga do Pelourinho após a Intervenção urbana



**FONTE:** <http://www.simm.salvador.ba.gov.br/index.php?prefixo=ver&id=26&menu=foto>, 2013

**FIGURA 34** - Largo do Cruzeiro de São Francisco Pelourinho após a Intervenção urbana



**FONTE:** <http://www.flickr.com/photos/richardcosmo/6046896462/>, 2013

Diante os objetivos descritos anteriormente, a proposta dividiu-se em seis etapas: desapropriação dos moradores; limpeza urbana, (havia toneladas de entulhos pelas ruas); implantação de um sistema de segurança, devido à insatisfação da retirada populacional de

baixa renda e a proteção da equipe de trabalho no local; intervenções físicas nas edificações e a restauração das fachadas começando pelo Largo do Pelourinho; revitalização dos quarteirões das áreas degradadas precedido de um levantamento dos aspectos sócioeconômicos. Edificações não restauradas pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia sofreram alterações internas para atender as novas atividades, onde “só as fachadas, guardam a lembrança do patrimônio edificado sem pensar na integridade” (MATTOS, 1978 p. 154).

Segundo Espinheira (1975, p. 154), “O plano de preservação não obedeceu orientações do planejamento urbano, mas ações isoladas e destituídas de uma base filosófica. O imediatismo e a falta de um plano rigoroso acabam por destruir o que deveria ser preservado”. As ações tiveram como base a Carta de Atenas (1955), que segundo o teórico, o projeto teve pretexto de preservar as características locais sem alterá-las. Também aconteceram tais adaptações ao passado, o que não deveria ter ocorrido em hipótese nenhuma, pois causou a destruição da integridade do patrimônio edificado.

A proposta estava relacionada em integrar os significados humano e cultural no Pelourinho. Ou seja, um espaço para a habitação e cultura. Isso significa que havia, indiretamente, a preocupação com os valores indetitários da CI sem mencioná - los como diretrizes. Porém, na prática não foi o que aconteceu. “O projeto se apoiava em uma grande mobilização de marketing e apostava numa estratégia governamental de desenvolvimento do turismo, em que se mostrava fundamental o reforço de Salvador enquanto principal polo turístico do Estado”. Visando, prioritariamente, à recuperação física da área dando ênfase às atividades comerciais voltadas aos eventos festivos, musicais; e também ao turismo, bares, restaurantes e butiques, em detrimento do uso habitacional (PLANO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR, Acessado em 2013).

A proposta teve um plano com as seguintes diretrizes: restauração, aplicada aos imóveis mais importantes; recuperação predial, mantendo a volumetria e fachada, com mudanças nos espaços internos; conservação e manutenção dos imóveis em bom estado; construção de equipamento em áreas vazias e utilização de imóveis em ruínas; agenciamento, urbanização e paisagismo, com a criação de praças no interior das quadras; implantação de estacionamentos

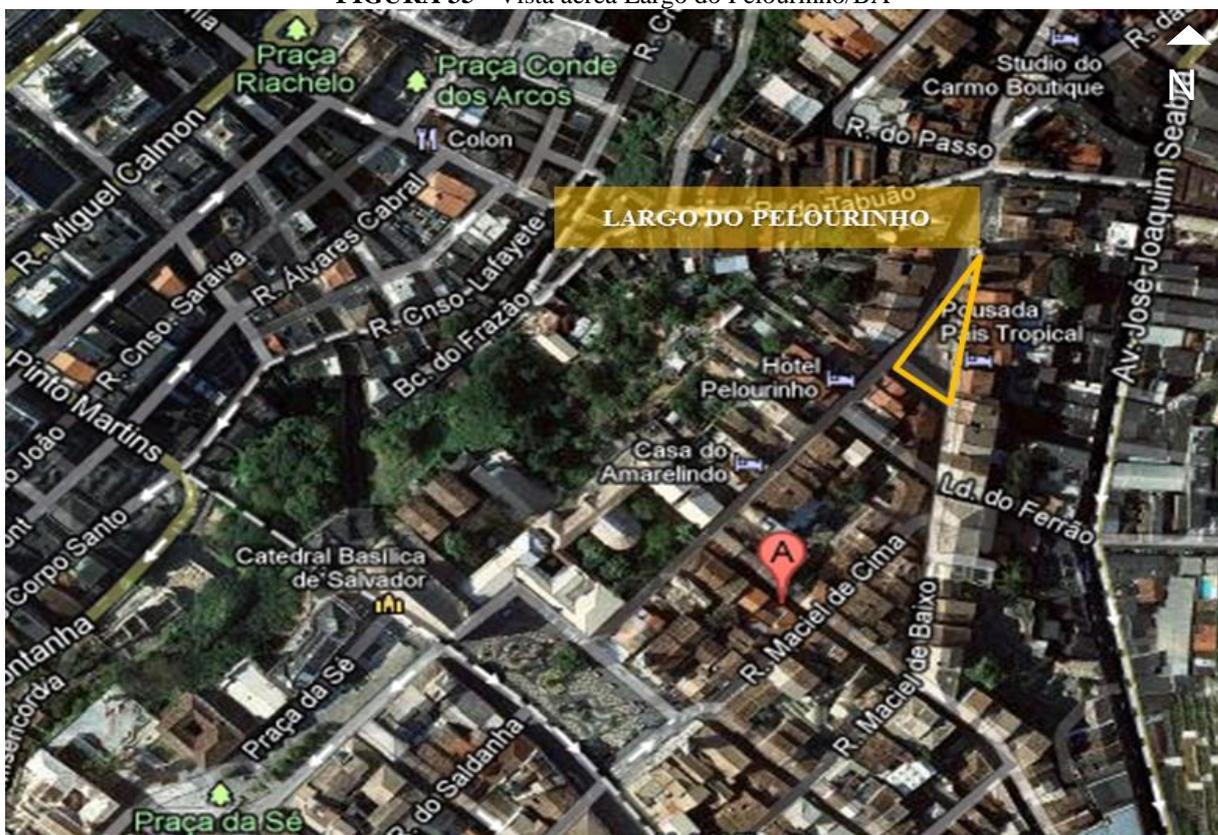
nas áreas de entorno; melhoria de infraestrutura e remanejamento do tráfego, com fechamento de ruas. Todas as diretrizes foram executadas na década de 90.

As intervenções urbanas realizadas no Pelourinho foram o contrário do conceito de valores da CI, gerando impacto social na transferência da população tradicional na perda de autenticidade do patrimônio associadas ao desenvolvimento sem planejamento.

### 2.2.2 Largo do Pelourinho

O Largo do Pelourinho está localizado no bairro do Pelourinho, Salvador-BA, (Figura 35). Esse bem está sob proteção do IPHAN, e considerado pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

FIGURA 35 - Vista aérea Largo do Pelourinho/BA



FONTE: Google mapas, 2013

Os acessos para o Largo são pelas ruas Maciel de Baixo, Portas do Carmo e Tabuão (Figuras 36, 37 e 38).

**FIGURA 36 - Rua das Portas do Carmo**



**FONTE:** Acervo de Sílvia Nunes, 2013

**FIGURA 37 - Rua Maciel de Baixo**



**FONTE:** Acervo de Sílvia Nunes, 2013

**FIGURA 38 - Rua do Tabuão**



**FONTE:** Acervo de Sílvia Nunes, 2013

Para a realização desse trabalho, o Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural Histórico - IPAC disponibilizou a UNIBASE (Figura 39), que mostra a configuração e a integridade morfológica do conjunto.

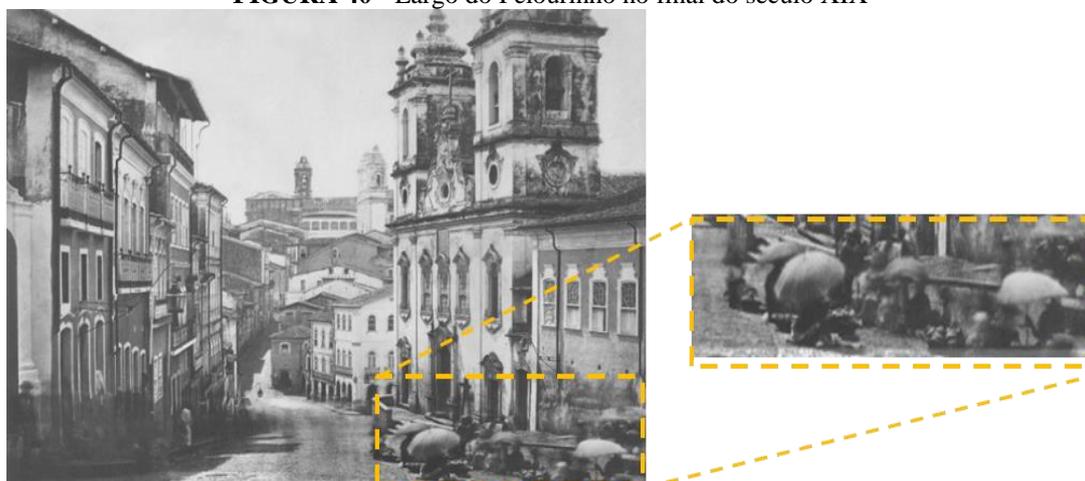
**FIGURA 39 - UNIBASE do Largo do Pelourinho**



**FONTE:** Acevo da autora a partir do Instituto do Patrimônios Artístico e Cultural - IPAC, 2013

O Largo do Pelourinho possui uma configuração triangular em pedras vindas de Portugal e utilizada na pavimentação dos percursos no intuito de colonizar. Foi erguido um “pelourinho”, coluna em pedra no centro do largo em frente à Casa da Câmara e Cadeia, idealizado na Europa na Idade Média. Hábito trazido para o Brasil pelos portugueses como símbolo de jurisdição e autoridade, junto do qual eram expostos e punidos os condenados “escravos” pela prática do candomblé. Em volta do Largo, os sobrados unidos uns aos outros, com frente para as calçadas de uso residenciais dos aristocratas, que ostentavam a posição social até o século XIX. Neste século, começa a surgir o comércio, uma feira livre (Figura 40) com mercadorias expostas no chão sob proteção de sombrinhas (FÉLIX, 2001).

**FIGURA 40 - Largo do Pelourinho no final do século XIX**



**FONTE:** <http://www.salvador-antiga.com/centro-historico/pelourinho.htm>, 2013

Atualmente, o Largo (Figuras 41 e 42) encontra-se bem conservado. Mesmo sofrendo agressões de mobilidade nas décadas anteriores, mantém a integridade, sendo utilizada exclusivamente para os pedestres. Os sobrados em torno do século XVII e XVIII estão sendo reutilizados para instalações de museus, centros culturais e restaurantes, que precisam de manutenção na pintura. As calçadas e o mobiliário urbano estão constantemente em manutenção. Só deveria ser proibida a exposição de mercadorias invadindo o espaço público, tanto nas calçadas, como nas fachadas, causando poluição visual e dificultando a locomoção de pedestres.

**FIGURA 41 - Largo do Pelourinho atualmente**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 42 - Largo do Pelourinho atualmente**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi construída na Ladeira do Pelourinho pelos escravos no início do século XVIII. Em estilo barroco, com frontão rococó, levou todo um século para ser concluída. Os escravos só podiam trabalhar na construção depois de

cumpridas suas tarefas, nas horas de repouso, à noite sob a luz da lua cheia, pois era proibido o candeeiro, considerado uma arma.

Atualmente, o estado físico da Igreja depois da restauração, encontra-se conservado com pequenos reparos de pintura e o gradil enferrujado, descascado e com ornamentos de santinhos (Figura 43).

**FIGURA 43** - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



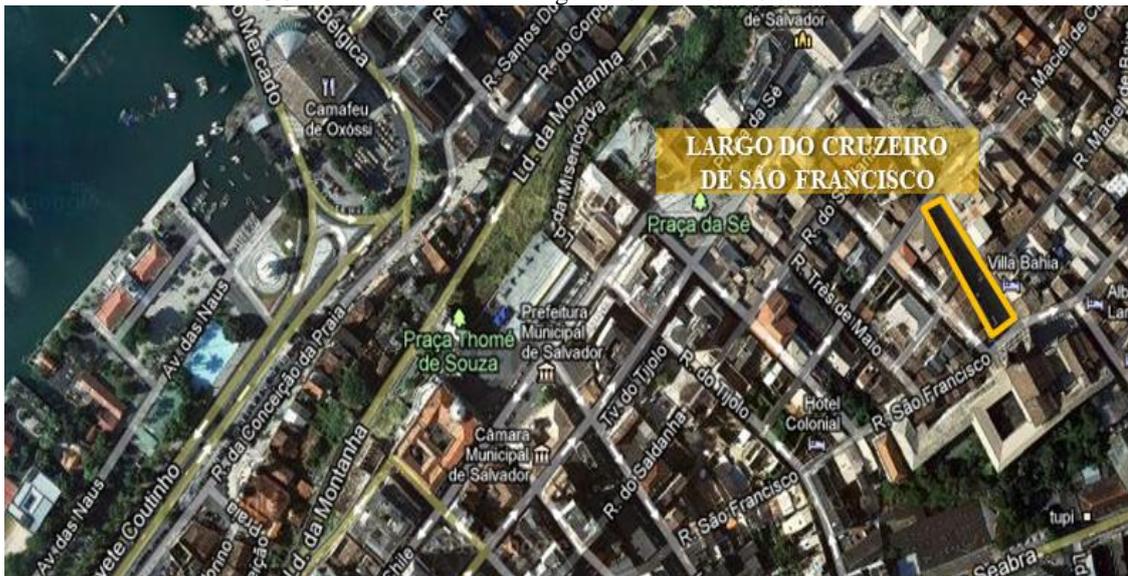
FONTE: Acervo de Sílvia Nunes, 2013

As intervenções urbanas no Largo do Pelourinho foram realizadas sem planejamento, conforme como já foi dito, de forma errônea ao se tratar de valores locais. Na visita “*in loco*” todos os soteropolitanos estão bastante satisfeitos com o resultado. O único problema é que o Pelourinho vive de turismo. Segundo o guia, em tempo de baixa, o Pelourinho “dorme”. Quanto ao patrimônio urbano, arquitetônico e paisagístico, estão bem conservados e sempre em constante manutenção. O uso é todo voltado para o comércio e para o turismo; a tipologia arquitetônica das edificações estão modificadas, mas aos olhos é imperceptível diante de todo o conjunto e a morfologia do Largo se mantém original até hoje.

### 2.2.3 Largo do Cruzeiro de São Francisco

O Largo do Cruzeiro (Figura 44), tanto quanto o Largo do Pelourinho, estão sob a proteção do tombamento federal, além de ser também patrimônio da humanidade.

**FIGURA 44 - Vista aérea Largo do Cruzeiro de São Francisco**



FONTE: Google maps, 2013

Os acessos são pelas Ruas São Francisco, Maciel de Baixo e Maciel de Cima (Figuras 45, 46, 47 e 48).

**FIGURA 45 - Rua da Ordem Terceira**



FONTE: Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 46 - Rua São Francisco**



FONTE: Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 47** - Rua Maciel de Baixo



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 48** - Rua da Oração



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

Para a realização da análise, o IPAC disponibilizou a UNIBASE (Figura 49), que mostra a configuração e a integridade morfológica do conjunto.

**FIGURA 49** - UNIBASE do Largo do Cruzeiro de São Francisco



**FONTE:** Acevo da autora a partir do Instituto do Patrimônio Artísticos e Cultural - IPAC, 2013

O Largo do Cruzeiro de São Francisco (Figura 50) possui uma configuração retangular revestido em pedras portuguesas e denominada em nome do cruzeiro, feito em pedra calcário e arenito que está no centro do largo da Igreja de São Francisco, erguido pelos frades da Ordem Franciscana para ajudar os Jesuítas a catequizar os índios no século XVI. Em volta do largo, localiza-se a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja de São Francisco e sobrados de dois e três pavimentos, “uma capacidade construtiva cristalizou-se feito em pedra-e-cal” expressando o máximo das relações simbólicas de poder, que se estabeleciam na sociedade colonial (MATTOS, 1978 p. 111).

**FIGURA 50** - Largo do Cruzeiro de São Francisco



**FONTE:** Acervo de Sílvia Nunes, 2013

Atualmente, o Largo está em perfeito estado e bem sinalizado com manutenções periódicas e mobiliário conservado. O Cruzeiro encontra-se intacto, pois a população e os visitantes têm o maior cuidado e respeito pelo monumento. Outro aspecto analisado foi o novo uso dos sobrados coloniais, agora comerciais e culturais.

Os casarios possuem fachadas graciosas uma arte monumental bem conservada, também com manutenções periódicas. Só apresentam dois problemas: as mercadorias expostas nas fachadas ultrapassando o limite e invadindo o espaço público e a abordagem dos comerciantes ambulantes.

Igreja de São Francisco (Figuras 51 e 52) do século XVIII, em estilo barroco português com o interior todo talhado em jacarandá e revestido em ouro, classificada como uma das sete maravilhas de origem portuguesa do mundo. Do lado direito da igreja foi construído um convento em 1708, projeto do Padre Vicente das Chagas, concluída em 1782, com a colocação dos azulejos e arremate da portaria.

**FIGURA 51** – Desenho da Igreja São Francisco



**FONTE:** <http://www.flickr.com/photos/richardcosmo/6046896462/lightbox/>, 2013

**FIGURA 52** - Igreja São Francisco



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

Atualmente a Igreja, com sua beleza exuberante, apesar do bom estado de conservação, precisa de cuidados permanentes tanto externa como internamente. A fachada, em pedra, está com a pintura descascando. Os azulejos do claustro foram cobertos por gaze para evitar que a superfície pintada se desprendesse. As talhas, banhadas em folha de ouro em alguns trechos, estão bastante desgastadas e isoladas do público por uma corrente.

### 2.3 PLANOS DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVA

Para o desenvolvimento do plano foi criado em 2008 um escritório de referência para o centro antigo, que tem como objetivo a elaboração de um plano participativo integrado e diferente dos demais, pela ênfase da sustentabilidade, com foco nos aspectos social, urbanísticos, ambiental, cultural e econômico. Também baseada na relação entre cultura e desenvolvimento, para a reabilitação, preservação e valorização do centro antigo. Com uma área de intervenção de 8km<sup>2</sup>, caracterizado como plano ação, priorizando a demanda da sociedade e de parceiros institucionais. Associa-se a diversos parceiros conveniados como: a UNESCO e o Governo do Estado da Bahia, investe em parceria com o governo federal e participação da iniciativa privada (PLANO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR, 2013).

A proposta está dividida em catorze ações. Parte dessas ações é da prefeitura e outras ficam a cargo da Secretaria de Cultura de Salvador – CAS e dos ministérios, sendo elas: Fomento à atividade econômica; ampliação da competitividade das atividades econômicas; preservação da área da encosta do frontispício; Incentivo ao uso habitacional e institucional no CAS; dinamização do Bairro do Comércio e revitalização da orla marítima; qualificação dos espaços culturais e monumentos; estruturação do turismo cultural; aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável; otimização das condições ambientais; requalificação da infraestrutura; redução da insegurança; valorização do CAS a partir da educação patrimonial; criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia; gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação (PLANO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR, 2013).

Conclui-se que a partir do plano de reabilitação elaborado para o centro antigos de Salvador, que contempla os dois Largos analisados no Pelourinho, aprovado no ano de 2010 na pretensão de corrigir distorções feitas na intervenção dos anos 90, para devolver à cidade o seu berço. Essa correção citadas anteriormente serão finalizadas até o início de 2014. O plano é uma iniciativa da Secretaria de Cultura da Bahia, onde nasce a luz de uma cooperação técnica entre o Governo e a sociedade.

## 2 4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESTUDOS DE CASO

**QUADRO 01** – Análise comparativa

POTENCIALIDADES	PROBLEMAS
Pátio de São Pedro	Pátio de São Pedro
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserido num polígono de tombamento do IPHAN;</li> <li>• Inserido no setor de preservação rigorosa- SPR;</li> <li>• O formato trapezoidal em pedras irregulares compõem harmonicamente o conjunto;</li> <li>• A tipologia arquitetônica com um baixo grau de descaracterização;</li> <li>• O conjunto manteve-se íntegro por conta do controle do IPHAN;</li> <li>• O piso e a calçada foram reconstituídos com as pedras existentes e outras acrescentadas na intenção de resgatar o máximo possível de originalidade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nenhuma ação de educação patrimonial;</li> <li>• O comércio informal está em todo o entorno e acessos ao Pátio;</li> <li>• Desapropriação e indenização;</li> <li>• Sujeiras dos pombos presentes nas edificações;</li> <li>• Não existem sinalizações internas nem de acessos.</li> </ul>

•A Igreja já está sendo restaurada pelo IPHAN.	
POTENCIALIDADES	PROBLEMAS
Largo do Pelourinho, Salvador – BA e Largo do Cruzeiro de São Francisco, salvador - BA	Largo do Pelourinho, Salvador – BA e Largo do Cruzeiro de São Francisco, salvador - BA
<p>Estão em uma área que é considerada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade;</p> <p>Os largos estão inseridos numa área de preservação contínua;</p> <p>Os sobrados do século XVII e XVIII estão sendo reutilizados para instalações de museus, centros culturais e restaurantes;</p> <p>As calçadas e os mobiliários urbanos estão sempre em manutenção;</p> <p>Ampliação de estacionamento no entorno;</p> <p>Criações de praças em áreas que foram dadas como ruínas;</p> <p>Remanejamento do tráfego, com fechamento de ruas;</p> <p>As configurações dos dois Largos estão íntegras;</p> <p>O revestimento do piso é original em pedras vindas de Portugal;</p> <p>Preservação de todo o conjunto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Alterações internas para atender as novas atividades;</li> <li>•Algumas edificações foram completamente descaracterizadas;</li> <li>•Houve a gentrificação da população de baixa renda que morava no local;</li> <li>•A revolta dos antigos moradores;</li> <li>•A implantação de um sistema de segurança devido à insatisfação da retirada da população de baixa renda e a proteção da equipe de trabalho no local;</li> <li>•Só as fachadas guardam a lembrança do patrimônio edificado;</li> <li>•A falta de um plano rigoroso de preservação;</li> <li>•A proposta se apoiou em uma grande mobilização de marketing;</li> </ul> <p>Nos dois largos não tem acessibilidade.</p>

**FONTE:** Elaborado por Silvia Nunes

Conclui-se que diante do que foi visto tanto no Pátio de São Pedro como nos largos de São Francisco e do Pelourinho, há dificuldade de locomoção para o portador de necessidades especiais e para o idoso. Ao mesmo tempo entende-se a preservação de todos os materiais existentes no local. Um exemplo disso são as calçadas em pedras, pois elas não têm espaço para circulação de duas pessoas e nas ruas que são exclusivas para o pedestre, as pedras são completamente desniveladas, mas com seu valor e integração no cenário. Várias irregularidades são postas para o entendimento desse estudo relacionado as intervenções feitas no imediatismo que priorizam outros valores, a gentrificação, a não informação para os envolvidos, a busca de utilizar o bem, esquecendo que ele tem uma identidade própria servindo de exemplo para a não repetição. Por fim a percepção que se tem LQ ORFR´é satisfatória pela riqueza de detalhes, pela harmonia e pelo sentimento de pertencimento do BEM.

## CAPÍTULO 3 ESTUDO DA ÁREA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a área de trabalho e o seu entorno para a formulação da proposta. Caracterizando-o e estabelecendo o da escolha em uma ZEPH. A área encontra-se no centro do Recife, concentrando um importante patrimônio arquitetônico, representativo dos séculos XVI, XVII, XVIII, associado à presença das águas e a importante função atual: comércio, serviços e ponto de convergência dos transportes públicos.

### 3.1 LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO

O Bairro de Santo Antônio, (Figura 53), está inserido na RPA-1, na Microrregião 1.1, pela Lei Municipal nº 16.293 de 22.01.1997. De acordo com dados do IBGE (2010), o Bairro possui uma área territorial de 362,8 hectares, distante do Marco Zero (km)<sup>2</sup> 0.82, com 285 habitantes residentes. Limita-se diretamente com o Bairro de São José, tendo o Rio Capibaribe a completar seu perímetro.

**FIGURA 53 -** Vista aérea do Bairro de Santo Antônio, Recife/PE



**FONTE:** Google maps, 2013

As ligações com outros bairros são pelas Pontes: Boa Vista, Duarte Coelho, Santa Isabel, Buarque de Macedo e Maurício de Nassau, (Figura 54).

**FIGURA 54** - Ligações com o Bairro de Santo Antônio, Recife/PE



**FONTE:** [http://www.intg.org.br/teste/afortunado/olivro/pdf\\_dividido/terceira-parte/IX.RECIFEAPARISDONORDESTE84.pdf](http://www.intg.org.br/teste/afortunado/olivro/pdf_dividido/terceira-parte/IX.RECIFEAPARISDONORDESTE84.pdf)

### 3.2 HISTÓRICO DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO

Após a consolidação na Ilha do Recife, os holandeses expandiram-se para a Ilha de Antônio Vaz (Figura 55), o atual Bairro de Santo Antônio. O desenvolvimento urbano deu-se de forma lenta, porque a ligação com a Ilha do Recife era feita em pequenas embarcações, que dificultavam o acesso e a apropriação. Logo depois, é definido um sistema de fortificação localizada em pontos estratégicos da Ilha. Na segunda metade do século XVI, a Ilha foi consolidada às margens do Rio Capibaribe (ZANCHETI, 1987).

**FIGURA 55** - Plano de Pieter Post. Mapa Vingboons/Recife - 1639



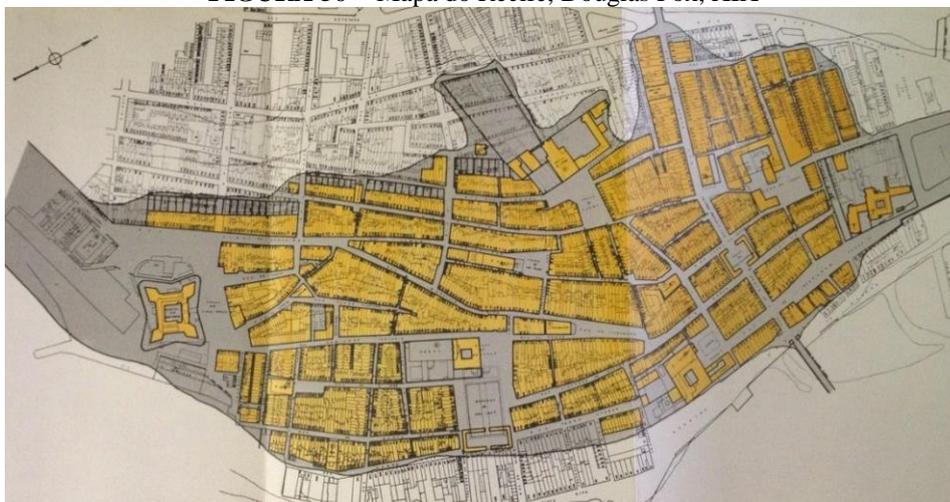
**FONTE:** [http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo\\_12.htm#\\_ednref11](http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo_12.htm#_ednref11), 2013

Aconteceram vários aterros e contenções de drenagem, áreas que foram loteadas, parceladas e construídas nas terras dos religiosos franciscanos e jesuítas que, com seus conventos, definiram os primeiros pátios. Após a expulsão dos holandeses, a Ilha desenvolveu funções econômicas. O sistema holandês foi abandonado, começando o início da grande ocupação pelas ordens religiosas com as construções de conventos e igrejas definindo o território (ZANCHETI, 1987).

No início do século XVIII, começou a surgir um novo modelo de urbanização lusitana. Com isso, o espaço sagrado vai ter importante papel nessa estrutura com a influência barroca de ruas estreitas e grandes largos, adros, pátios e terreiros diante das igrejas. As casas que existiam, foram reformuladas nos padrões lusitanos, acontecendo, também, uma série de transformações como: ampliações de terras, pontes, canais e novas quadras (MELLO, 1976).

Nas duas primeiras décadas do século XIX, o Recife é elevado à categoria de cidade e passa por enormes e importantes processos de modificações. Muitos quarteirões com edifícios históricos foram demolidos (Figura 56) para aberturas de vias; outros edifícios adquiriram o estilo eclético. O traçado primitivo foi descaracterizado restando poucos vestígios, conservando alguns conjuntos homogêneos e monumentos isolados, abrindo espaço para o urbanismo francês; alargamento de ruas retilíneas, elaboração do plano de saneamento, destruindo parte do patrimônio histórico edificadas dos séculos XVI, XVII e XVIII (FOX, 1906).

**FIGURA 56 -** Mapa do Recife, Douglas Fox, XIX



**FONTE:** Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural-DPPC, 2013

A partir do século XX, discutiu-se bastante sobre planos urbanísticos para resolver problemas de mobilidade. Associado à proliferação de estabelecimentos que foram surgindo ao norte do bairro provocando um processo de elitização e o avanço da verticalização e o surgimento do automóvel, ocasionado o congestionamento. Com isso, várias renovações urbanas aconteceram. A abertura de grandes avenidas: Guararapes, Dantas Barreto, Nossa Senhora do Carmo e Sul. A construção de viadutos, o plano de Nestor Figueiredo para a reforma do bairro, O projeto de saneamento básico concebido por Saturnino de Brito, o plano de infraestrutura entre outros, sem nenhuma preocupação com o tecido urbano histórico, conseqüentemente, demolições de vários casarios uma Igreja e alterações nas vielas, e nos pátios (FOX, 1906).

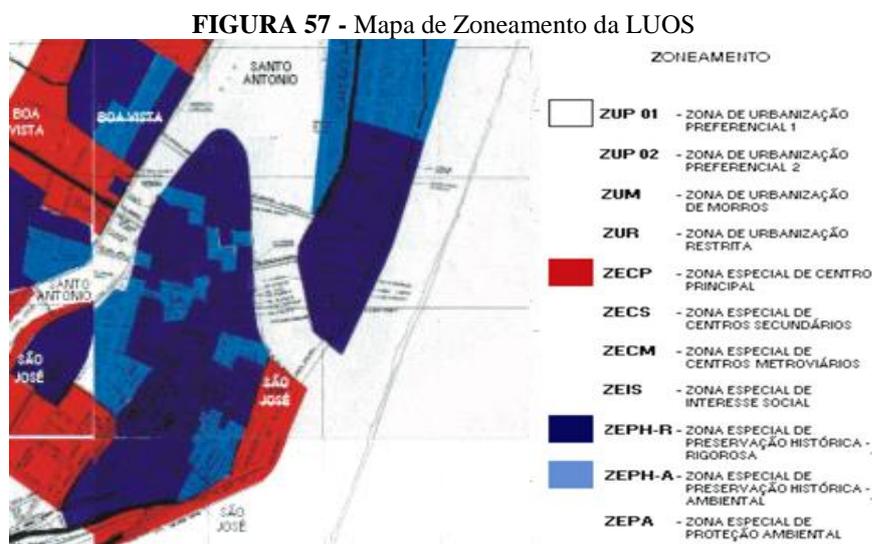
A partir da década de 30, começa o reconhecimento do bem buscando devolver a integridade do bairro. Em 1937, é reconhecido o patrimônio histórico da cidade do Recife reunindo sítios urbanos e exemplares da arquitetura civil, religiosa e militar, representativos de diferentes fases da sua história. São os bens culturais protegidos por Legislação Federal operada pelo IPHAN (Decreto-lei nº 25/37).

Na década de 70, o centro da cidade passa por um processo de metropolização, onde as atividades são descentralizadas e expandem-se para a zona sul e para o centro oeste. No entanto, o processo de degradação, pela ação do tempo e pela má conservação da área, permaneceu e também as descaracterizações realizadas pelos proprietários da época (ZANCHETI, 1995, apud VIEIRA, 2008).

No final da década de 70, em 1978, a “Fundação para o Desenvolvimento Metropolitano do Recife – FIDEM elabora um plano para preservação e a integração dos sítios históricos da Região Metropolitana do Recife - RMR”. É uma lei que protege o patrimônio histórico e cultural estabelecendo uma divisão de proteção por setores: Setor de Preservação Rigorosa – SPR, que é dividido em dez (10) e Setor de Preservação Ambiental – SPA, que é dividido em seis (6). O bairro está no SPR – 4 que garante o controle, sendo proibido qualquer tipo de intervenção sem a autorização com o intuito de preservar a paisagem. Nesta mesma década, a proteção do patrimônio a nível estadual é aprovada pela (Lei nº 7970/79), operada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (LUOS, 1996, Acessado em 2013).

Na década de 80, o Bairro de Santo Antônio encontra-se delimitado em um polígono de tombamento, que foi reconhecido em 1984 na 10ª Região do Conselho do IPHAN, como meio de proteção dos circunvizinhos dos monumentos tombados a nível federal. Também, foi aprovada a Lei Municipal 14.511/83, baseada no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR de 1978, para conter os planos de renovação no Grande Recife (LUOS, 1996).

A partir dos anos 90, as intervenções urbanísticas de demolição e de renovação foram perdendo espaço e cada vez mais a proteção do patrimônio urbano foi ficando mais completa. Nessa década foi aprovada a LUOS (Lei nº 16.176/96), regulamentando as trinta e três (33) ZEPHS, requerendo parâmetros e requisitos urbanísticos de uso e ocupação do solo, em função de suas características especiais, (abrangendo, no seu conjunto, 6.358 imóveis que totalizam 492,64 hectares). E ainda, pela Lei nº 16.284/97 de proteção dos 154 Imóveis Especiais de Preservação – IEP's. O Bairro de Santo Antônio (Figura 57) está inserido na ZEPH – 10 (LUOS, 1996).



**FONTE:** <http://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/index.html>,2013

Atualmente, o Bairro de Santo Antônio é bem presente no centro da cidade conurbada com várias vias e avenidas, apresentando duas tipologias na malha urbana: uma com o traçado original, com ruas estreitas e sinuosas, e as maiores, largas e retilíneas, com um cenário da arquitetura e urbanismo do século XVII ao XXI. As tipologias construtivas são bastante diversificadas (Figuras 58,59,60,61,62 e 63). Ao norte do Bairro, foram surgindo altos edifícios, que abrigam escritórios, repartições públicas, bancos e teatro provocando o processo

de elitização e a verticalização. Ao sul, estão grandes avenidas, Igreja, espaços livres públicos de atividades diversas e edificações seculares.

**FIGURA 58** – Teatro de Santa Isabel/PE



FONTE: Google imagens, 2013

**FIGURA 59** – Palácio da Fazenda/PE



FONTE: Google imagens, 2013

**FIGURA 60** – Casa da Cultura/PE



FONTE: Google imagens, 2013

**FIGURA 61** – Palácio das Princesas/PE



FONTE: Google imagens, 2013

**FIGURA 62** – Igreja de Santo Antônio/PE



FONTE: Google imagens, 2013

**FIGURA 63** – Convento franciscano/PE



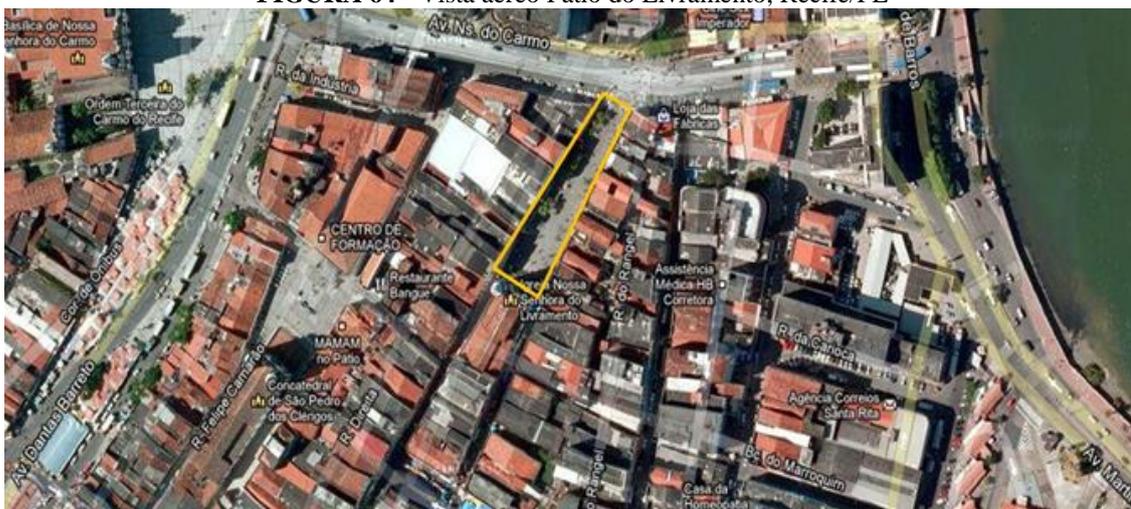
FONTE: Google imagens, 2013

Entre tantas construções e reconstruções do século XVI até o século XX, o Bairro de Santo Antônio ainda preserva uma parcela dos monumentos do início da colonização com edifícios e conjuntos urbanos de valor histórico, arquitetônico e cultural, beneficiando a população coletivamente.

### 3.3 LOCALIZAÇÃO DO PÁTIO DO LIVRAMENTO

Pátio do Livramento (Figura 64) localiza-se no centro da Cidade do Recife/PE, Bairro de Santo Antônio, e está inserido na RPA-1 e Inserido em uma ZEPH-10, e em um SPR- 4. Uma área de 2.506,67m<sup>2</sup> com quarenta (40) edificações e a Igreja Nossa Senhora do Livramento.

**FIGURA 64 - Vista aérea Pátio do Livramento, Recife/PE**



FONTE: Google mapas, 2013

Os acessos ao pátio são pela Av. Nossa Senhora do Carmo, Rua da Penha e pela Rua Direita (Figuras 65, 66,67 e 68).

**FIGURA 65 - Rua da Penha ,Recife-PE**



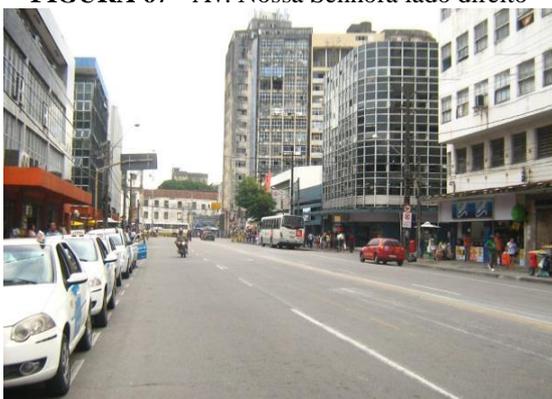
FONTE: Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 66 - Rua Direita, Recife-PE**



FONTE: Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 67** - Av. Nossa Senhora lado direito



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 68** - Av. Nossa Senhora lado esquerdo

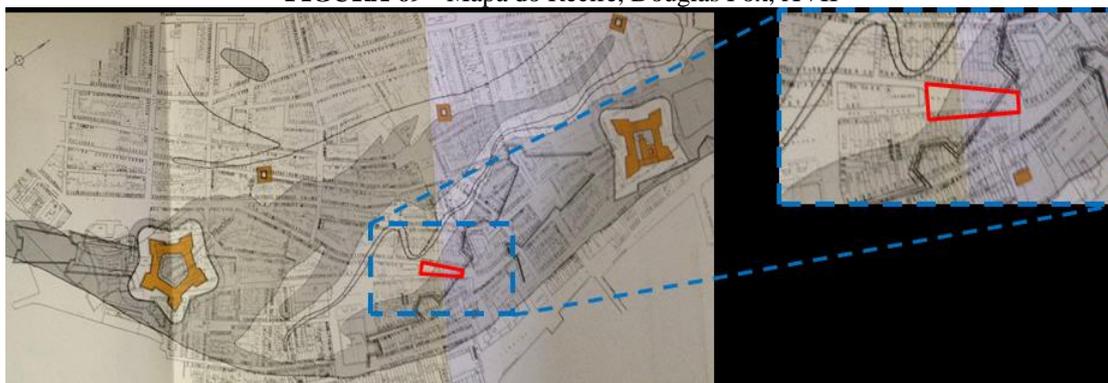


**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

### 3.4 BREVE HISTÓRICO DO PÁTIO DO LIVRAMENTO

Em meados do século XVII, foi consolidada a ocupação marcando o domínio dos holandeses. Foi um período muito importante para o desenvolvimento da Ilha chamada Antônio Vaz, juntamente com a chegada do Conde de Nassau, marcando o começo da ação de urbanização (Figura 69). Nesse período, a transformação local foi bem visível. “Com ruas regularmente traçadas, aberturas de canal de drenagem que foram aterrados, sendo que um deles constitui a Rua do Livramento, atual Pátio do Livramento” (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA RMR, 1976, p. 123 apud CALHEIROS, 1976, p.06).

**FIGURA 69** - Mapa do Recife, Douglas Fox, XVII



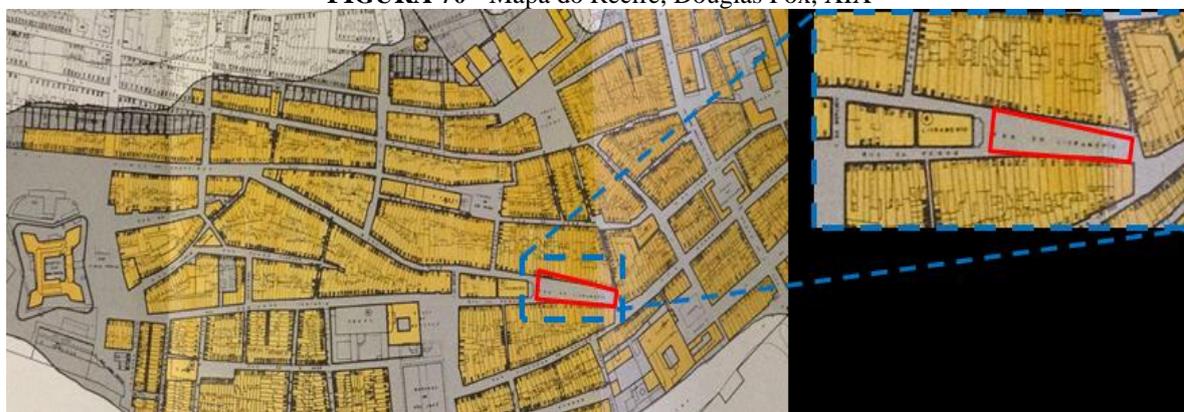
**FONTE:** Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural-DPPC, 2013

No final do século XVII, foi construída a capela do Livramento dos Homens Pardos, por uma irmandade dos homens pardos e concluída em 1722. Anos se passaram e na capela aconteceram várias reformas até “o ano de 1830 quando a irmandade resolve demoli-la, levantando em seu lugar, a igreja que foi concluída em 1856. E está situada entre as Ruas da

Penha, Direita e em frente à Rua do Livramento, bastante larga com as edificações de ambos os lados”. O conjunto de edificações conjugadas abrange um trecho da Rua da Penha e da Rua Direita com lotes estreitos e profundos, construído sobre o alinhamento da rua. Datadas do século XVIII foram reformuladas, pelos portugueses, após a saída dos flamengos (MELLO, 1975, p.847 apud CALHEIROS, 1976, p.05 e 06).

No final do século XVIII e início do século XIX, foram os períodos de grandes transformações de construções e reconstruções na malha urbana. Em um dos acessos da Rua do Livramento (Figura 70) teve parte dessa mudança morfológica, quando o Conde Nassau resolveu demolir uma quadra para o alargamento da entrada do atual pátio, que se configurou em um formato de trapézio. “Puro exemplo barroco que se estruturava em um sistema perspectivo com grandes espaços livres abertos com pátios, praças e largos como cenários urbanos. Praticamente, todos os espaços abertos eram dominados por igrejas e conventos ou de confrarias”. Anos depois, a Rua do Livramento passou a ser chamada de Largo (ZANCHETI, 1998, p.14).

**FIGURA 70** - Mapa do Recife, Douglas Fox, XIX



**FONTE:** Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural-DPPC, 2013

O Largo (Figura 71) foi considerado na época, um trecho que ligava as partes importantes da cidade como o Mercado Peixe, atual Mercado de São José e o Pátio do Terço. Um momento de grande acontecimento histórico no Largo: o Imperador Dom Pedro II, eleito juiz perpétuo e protetor do grupo religioso, que todos os anos realizavam em frente à igreja, a festa da Padroeira do Livramento, Mãe de DEUS, reunião de vários devotos e militares do imperador. Na segunda metade deste século, o comércio de classe alta já era presente nas edificações que envolviam o largo sempre no pavimento térreo. Os demais pavimentos serviam de moradia.

Anos depois, foram implantados bondes para rodar nas ruas do Recife. Um dos percursos do bonde era do Pátio do Livramento até o Forte das Cinco Pontas e Largo do Terço (SERAFIM, 2012).

**FIGURA 71** - Pátio do Livramento no Século XVIII



**FONTE:** Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural-DPPC, 2013

No século XX, continuaram acontecendo grandes reformas e demolições de quarteirões para fazer obras de saneamento, alargamento e aberturas de grandes avenidas. A Dantas Barreto e Nossa Senhora do Carmo, ambas no entorno do Largo priorizaram os acessos aos veículos em busca da modernidade. Mesmo diante de todas as reformas, o Largo do Livramento manteve-se íntegro até os dias atuais (Figura 72).

**FIGURA 72** - Mapa do Recife, Douglas Fox, XX



**FONTE:** Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural-DPPC, 2013

Em meados do século XX, ainda era denominado Largo e tinha a utilidade de: acontecimentos religiosos da Irmandade do Livramento, acesso de pedestres, charretes e transportes particulares (Figuras 73 e 74). Mesmo sendo considerado um espaço livre público de atividades diversas, percebe-se que o Largo ainda tinha características de espaço livre para

circulação de veículos “Rua do Livramento” de intenso acesso e muito perto do porto, do mercado, comércio e de serviços no Bairro de São José. Outro fato interessante é que nessa época, “a presença da cobertura vegetal em algumas áreas do centro do Largo aparecia de forma esplendorosa, apresentando nesses casos, uma vegetação de mangue e de arborização viária” (SERAFIM, 2012,p .14).

**FIGURA 73** - Largo do Livramento, 1925



**FONTE:** [http://www.ibamendes.com/2011/09/fotos-antigas-da-cidade-do-recife\\_8693.html](http://www.ibamendes.com/2011/09/fotos-antigas-da-cidade-do-recife_8693.html), 2013

**FIGURA 74** - Postal Rua do Livramento, 1950



**FONTE:** <http://www.fotolog.com/tc2/38761799/>

Devido as grandes avenidas em torno do Largo, o acesso foi modificado (Figura 75) para as avenidas Nossa Senhora do Carmo e Dantas Barreto. Em 1960, o primeiro foco de atenção das autoridades foi o impedimento da circulação de veículos e a ampliação das calçadas no intuito de transformar o espaço exclusivo para pedestres e modificar as características de espaço de circulação. O comércio e a moradia eram presentes até o final desta época, mudando o uso definitivamente para o comércio e serviços (CALHEIROS, 1976).

**FIGURA 75** - Pátio do Livramento, 1960



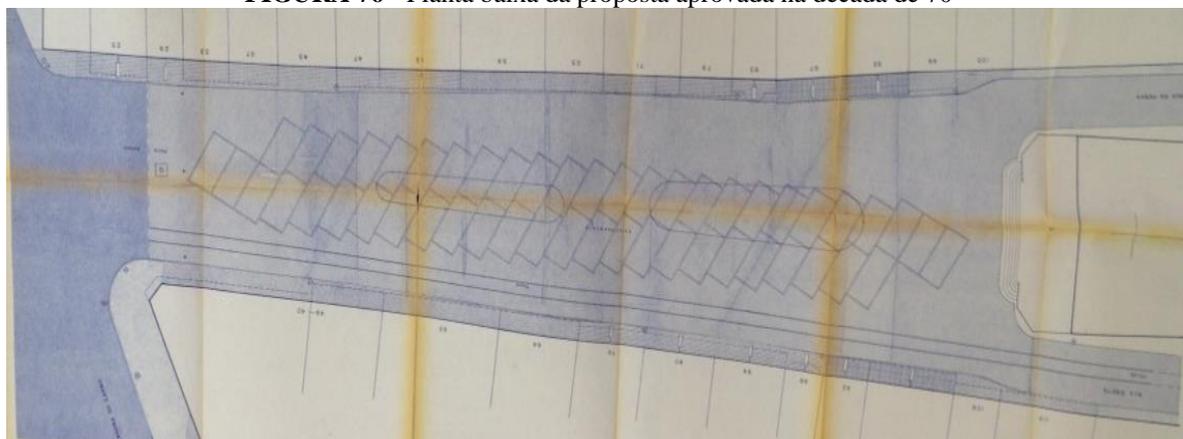
**FONTE:** [http://www.brasilcult.pro.br/brasil\\_antigo/recife/lembrecife03.htm](http://www.brasilcult.pro.br/brasil_antigo/recife/lembrecife03.htm), 2013

No início da década de 70, o esvaziamento populacional contribuiu com a mudança das atividades para outras regiões da cidade. A instalação dos comércios varejista e atacadista do Bairro de São José vem se estendendo para as edificações em volta do Pátio da Igreja do Livramento, como era chamado naquela época.

Segundo Calheiros (1976), Nesta época, a FIDEM elaborou um plano de preservação para os Bairros de São José e Santo Antônio, onde o Pátio do Livramento foi beneficiado com os objetivos de melhoria das condições ambientais das edificações e da infraestrutura; restauração da igreja; agenciamento dos logradouros; e disciplinamento no comércio informal; manter o uso atual das edificações e o tombamento da igreja a nível estadual. Neste mesmo tempo, a Prefeitura do Recife elaborou um plano de revitalização para o centro da cidade do Recife e em específico para o Pátio do Livramento, com os seguintes objetivos: a conservação geral das fachadas; o estímulo à ocupação residencial nos andares superiores e para a República de Estudantes; o tratamento do piso em pedra portuguesa integrando o seu entorno; o incentivo a instalação de cursos noturnos nos andares superiores; a implantação na entrada do pátio de bares, banca de revista e telefone público.

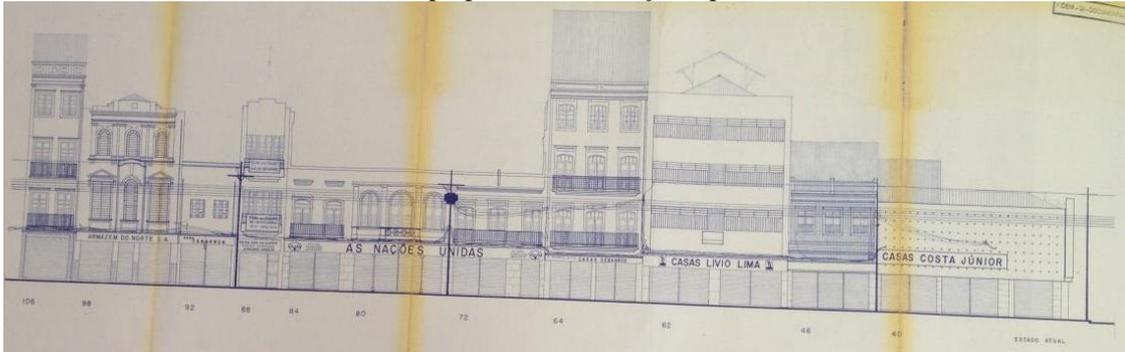
Conforme Calheiros (1976) foi elaborado outro projeto de revitalização para o Pátio (Figura 76), onde houve a superposição entre o plano da FIDEM e o da Prefeitura sem conflitar os objetivos. O projeto foi aprovado, a primeira etapa foi: a retirada do comércio informal; o estacionamento rotativo de veículos para o pátio; a revitalização das fachadas (Figuras 77 e 78); a padronização dos letreiros e o aguardo do restauro da igreja.

**FIGURA 76** - Planta baixa da proposta aprovada na década de 70



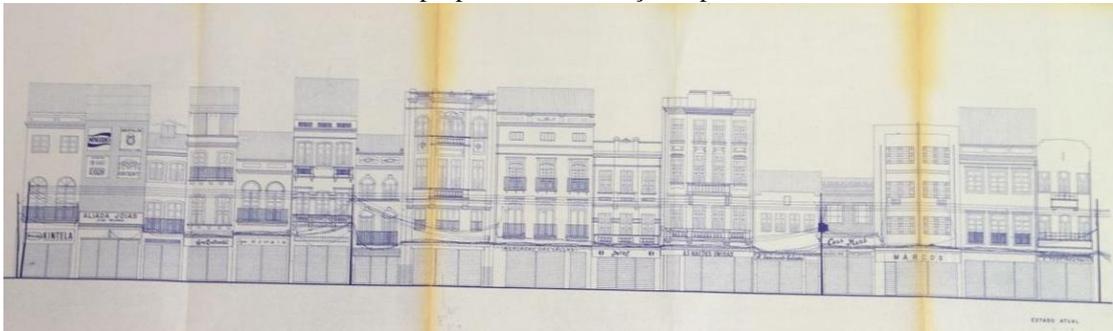
**FONTE:** Acervo de Sonia Calheiro, 1976

**FIGURA 77** - Planta da proposta das edificações aprovada na década de 70



**FONTE:** Acervo de Sonia Calheiro, 1976

**FIGURA 78** - Planta da proposta das edificações aprovada na década de 70



**FONTE:** Acervo de Sonia Calheiro, 1976

A proposta no Pátio do Livramento de “estacionamento rotativo de veículos (Figuras 79 e 80), dispostos em duas fileiras em sentido oblíquo, permanecendo uma faixa de rolamento no entorno para manobras e circulação servindo para o comércio de toda a área e para a igreja”, foi considerado, na época, como uma potencialidade pela comodidade e praticidade para os trabalhadores e consumidores em busca de produtos (CALHEIROS, 1976, p. 18).

**FIGURA 79**- Estacionamento no Pátio na década de 70



**FONTE:** Acervo de Sonia Calheiro, 1976

**FIGURA 80** - Estacionamento no Pátio na década de 70



**FONTE:** Acervo de Sonia Calheiro, 1976

Anos após a execução do projeto, começaram a surgir placas e letreiros nas fachadas, causando poluição visual (Figuras 81 e 82). O espaço do Pátio que foi transformado em estacionamento rotativo, também servia para a feira livre (Figura 83), que acontecia às quartas – feiras naquela época (CALHEIROS, 1976).

**FIGURA 81 - Letreiros nas fachadas**



**FONTE:** Acervo de Sonia Calheiro, 1976

**FIGURA 82 – Feira no Pátio do Livramento**



**FONTE:** Acervo de Sonia Calheiro, 1976

Outro acontecimento foi o fluxo muito grande de pessoas devido ao comércio já consolidado, atraindo a população menos favorecida pela falta de emprego, o baixo valor dos aluguéis e a facilidade do transporte público. Assim, proporcionou o desenvolvimento do comércio informal que está localizado sobre a estreita calçada da Igreja em pequenos trechos da Rua Direita (Figura 83) (CALHEIROS, 1976).

**FIGURA 83 - Comércio informal,  
Pátio do Livramento**



**FONTE:** Acervo de Sonia Calheiro, 1976

Nas décadas de 80 e 90 o maior problema foi o comércio informal que estava no auge, e já vinha degradando o Pátio da Igreja Nossa Senhora do Livramento (Figura 84). Segundo um comerciante da época, “a maioria dos camelôs que estão no Pátio tem licenciamento, mas os que ficam na calçada, não têm porque chegaram depois. Ele afirma que os proprietários das lojas estão inconformados porque, além de prejudicar o acesso dos clientes, é um desrespeito pela Igreja” prejudicada quanto ao funcionamento das missas que eram celebradas durante o dia. Isso já vinha se repetindo há anos, virando rotina e ajudando a contribuir para a degradação urbana. A falta de segurança tem afastado os católicos e por isso, durante a semana os ofícios religiosos deixaram de ser celebrados. Esse problema continua até os dias atuais com menos intensidade (SARINHO, 1983, p. A- 6).

**FIGURA 84 - Comércio Informal no Pátio do Livramento**



**FONTE:** Jornal do Commercio em 1983

Conclui-se que se passaram séculos e o Pátio do Livramento abrigou vários usos e passou por diferentes denominações, mantendo-se íntegro, porém esquecido com o uso exclusivamente comercial. É preciso ser olhado como uma herança patrimonial para os pernambucanos.

### 3.5 CONTEXTO ATUAL

Para o estudo do contexto atual do Pátio, foram subdivididas em três setores (Figura 85), a fim de um melhor entendimento na respectiva área. É de extrema importância essa divisão, pois possibilita a compreensão dos problemas e potencialidades que serão encontrados para propor, de forma coerente, as melhorias desta área.

**FIGURA 85 - Setorização**



Legenda

- Setor 01 - Pátio do Livramento
- Setor 02 - Edificações
- Setor 03- Igreja Nossa Senhora do Livramento

**FONTE:** Elaborado por Silvia Nunes

O setor um (1) está relacionado ao espaço público livre no Pátio do Livramento, localizado no núcleo mais antigo da cidade, com sua morfologia preservada em formato trapezoidal. O Pátio, que já foi rua, e largo, denominado, na época pela Igreja do Livramento. Atualmente, seu uso é predominantemente de circulação de pedestres para o comércio no local e entorno. Há presença do comércio informal, localizado intensamente nos acessos e no Pátio tornando o local intransitável, insalubre e degradado (Figuras 86, 87e 88).

**FIGURA 86 - Rua da Penha, Recife-PE**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 87 - Rua Direita, Recife-PE**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 201

**FIGURA88** - Pátio do Livramento, Recife-PE



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

Além desse problema, existem vários outros, que vão da manutenção à utilização inadequada da área. Essa tem sido desvalorizada pela população e pelo poder público, como: as calçadas que não são mais originais apresentam larguras diferenciadas e tipos de revestimento (pedra portuguesa preta e branca e pedra de lioz) que as mantêm preservadas, mas sem manutenção. Também utilizadas para exposição de mercadorias das lojas.

Existem dezoito locais para o plantio de palmeira imperial, mas só constam nos locais cinco, esquecidas e sem cuidados. As demais tiveram que ser retiradas devido ao seu grande porte; a pavimentação em paralelepípedo cobriu o trilho do bonde há algumas décadas. Hoje o revestimento apresenta desgastes e reposições do material inadequado (cimento), formando uma elipse, descaracterizando e mudando a legibilidade da paisagem. O Pátio é dotado de infraestrutura e serviço, como: saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário); limpeza urbana; iluminação pública e sistema viário. O Pátio recebe água encanada regular que funciona em revezamento de 20 horas, com abastecimento de 28 horas, pela COMPESA, responsável pelo abastecimento realizado por trecho. Estando o pátio no trecho dois (2), com ligação direta de abastecimento. O esgotamento sanitário e o canal de drenagem foram implantados no século XVIII, no início das instalações de infraestrutura no centro do Recife. Uma das importantes tubulações de ligação foi implantada no Pátio. Por isso, todas as edificações são dotadas de esgotamento sanitário. Devido a rede ser bem antiga com tubulações de ferro tem suprido as necessidades da área. Já o canal de drenagem, há trechos sem manutenção com valas de esgoto estouradas, dificultando a locomoção dos que nela transitam. (Figura 89).

**FIGURA 89** - Pátio do Livramento em dia de domingo



**FONTE:** Acervo de Sílvia Nunes, 2013

A limpeza urbana acontece antes e durante o expediente comercial das 06:00h às 10:00h. No final do expediente, a quantidade de lixo espalhado no entorno do Pátio demonstra a falta de consciência dos comerciantes, pois os serviços são cumpridos diariamente. Segundo um gari, a coleta de lixo é realizada diariamente, no final do expediente no período noturno, das 22:00h às 03:00h. À noite, a iluminação é precária. Os postes existentes são ineficientes, tornando as ruas mal iluminadas e sombrias (Figura 90). Um grande problema é a distribuição das redes elétricas nos postes, que são bastante desordenadas não atendendo à necessidade da área, contribuindo para que haja uma superposição de fiação em todas as edificações prejudicando a paisagem.

**FIGURA 90** - Pátio do Livramento no período da noite



**FONTE:** Acervo de Sílvia Nunes, 2013

O mobiliário urbano (bancos, luminárias, orelhão e lixeiras) está presente, porém sem efetiva utilidade. Apesar de que, nos horários de temperatura mais amena, o Pátio é utilizado para repouso pela população nos bancos danificados (Figura 91), o que não garante a permanência por muito tempo.

**FIGURA 91** - Pátio do Livramento em horário de Expediente comercial



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

O Pátio é constituído por três vias de circulação, sendo que duas não possuem tráfego de veículos (Rua Direita e Rua da Penha). São bem estreitas e sinuosas, utilizadas exclusivamente pelos pedestres, revestidas em paralelepípedo e asfalto. Em alguns trechos, apresentam desgastes, modificações e reposições. A terceira via, considerada principal, (Av. Nossa Senhora do Carmo) difere das demais pela dimensão e pela largura, com duas faixas de rolamento e uma para ônibus. Cada lado, recebe, diariamente, um fluxo intenso de veículos com o revestimento em asfalto.

A partir do que foi observado “*in loco*”, percebe-se a insuficiência e a lentidão nos investimentos. Para solucionar os problemas relacionados à infraestrutura e serviços sob a responsabilidade da Prefeitura que muitas vezes, leva tempo para serem executados.

O setor dois (2) está relacionado às edificações em torno do Pátio do Livramento, no qual serão estudadas as tipologias das edificações, onde serão analisados: os gabaritos, os usos, os elementos arquitetônicos e o estado de conservação.

O conjunto possui um gabarito variado com dois, três e quatro pavimentos. Com a predominância de três pavimentos. Porém, na análise da percepção longitudinal, para o observador eles parecem ter a mesma proporção. Serão divididas em dois grupos, um de cada lado. As edificações de n.º 16, 25, 29, 35, 37, 43, 47, 53, 59, 65, 71, 79, 83, 87, 93, 99,105,109,03,07,s/n e 21 do lado esquerdo As edificações do n.º 40, 46, 62, 64, 72, 80, 84, 88, 92, 98, 106, 110, s/n, 12,18,26,30 e 36 do lado direito (Ver em apêndice n.º 01 o estudo de gabarito).

Devido a mudança de uso no Pátio, para o comércio varejista, está presente em todas as quarenta (40) edificações, que estão contribuindo para as descaracterizações físicas internas e externas. Na parte interna, algumas edificações sofreram modificações físicas: o pavimento térreo foi transformado em um único espaço destinado a exposição de mercadorias; o primeiro e segundo pavimentos estão sendo utilizados para escritório e depósito de mercadorias e algumas edificações, com maior gabarito, encontram-se desocupadas. Serão utilizados os mesmos critérios de divisão acima (Ver em apêndice n.º 01, 02, 03,04 e 05 de uso nos pavimentos).

Nas fachadas, serão analisados os elementos arquitetônicos, o uso inadequado de materiais e revestimentos, que aconteceram em diversas épocas, causando a descaracterizações físicas externas. Em poucas edificações existem a característica original. Para a análise do estado de conservação das fachadas, serão classificados em: preservado, descaracterizado, modificado e sem uso (Ver em apêndice n.º06 estado de conservação).

Várias foram modificadas na metade do século XVIII recebendo influência neoclássica. E no final do século XVIII, o ecletismo com frontão, coringas e balcões decorados de massa, e as construções novas que alteram toda a fachada com materiais completamente inadequados, não condizem com a arquitetura presente São elas: cerâmica até a altura do acesso no pavimento térreo, mármore, marquises com vários tamanhos e formatos, ares condicionados, toldos, placas e letreiros entre outros. Além do mais, para suprir a necessidade do comércio foram substituídas as portas e janelas originais, por grandes aberturas na colocação de porta de enrolar com a finalidade de facilitar o acesso aos clientes e as mercadorias. Serão utilizados os mesmos critérios de divisão acima (Ver em apêndice n.º07 até o n.º 35, o estudo de análise de

estado de conservação, levantamento fotográfico analisando os danos e intervenções descaracterizadoras).

O setor três (3) está relacionado à Igreja do Livramento dos Homens Pardos, em estilo barroco, datada do século XVII. A fachada principal, com ornamentos arquitetônicos em relevo que são as pilastras, cornijas e outros, feitos em pedra lavrada e de talha de cantaria, apresentam-se em bom estado de conservação. As fachadas laterais estão com o reboco e a pintura desgastada pelo tempo e a placa de identificação, na entrada da Igreja está ilegível, precisando de manutenção. O monumento sacro não é tombado a nível estadual, nem municipal e nem federal, como foi dito antes. E encontrasse em um SPR-04 num polígono de tombamento do IPHAN, que garante a preservação de todo o bairro. A Igreja está situada em um local privilegiado elevada sobre o nível da rua, em cima de uma escadaria de pedra de cantaria e pedra de granito lavrada, fechada por um gradil de ferro que foi colocado no período do auge do ferro estando bem conservado (Figura 92).

**FIGURA 92 - Igreja do Livramento**



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

Na calçada estreita lateral da Igreja, na Rua da Penha e na Rua Direita, está o comércio informal, há quarenta e três anos nesse mesmo local, aprovado pela Prefeitura do Recife na década de 70, conforme convênio com o Sindicato que obtém financiamento através do pagamento de impostos acordados com os camelôs, que em troca adquirirão novos tabuleiros. Atualmente, são sessenta e dois (62) tabuleiros em ferro que se encontram encravados nas fachadas laterais da Igreja, sujos e enferrujados (Figuras 93 e 94). Nesse setor serão estudados

os estados de conservação das barracas, o quantitativo e entrevista com o responsável do comércio (Ver em apêndice nº36).

**FIGURA 93** - Rua da Penha, Recife-PE



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 94** - Rua Direita, Recife-PE



**FONTE:** Acervo de Silvia Nunes, 2013

### 3.6 ANÁLISE DO ENTORNO

Atualmente, no entorno do Pátio do Livramento, o uso do solo é predominantemente do comércio varejista nas edificações. E nas ruas e nas calçadas o comércio informal. O conjunto edificado do entorno é do século XVIII, está localizado nas ruas de acesso ao Pátio. As ruas encontram-se bastante degradadas. E são utilizadas de forma inadequadas pelo comércio.

O comércio informal utiliza, inadequadamente os espaços públicos de circulação e de uso comum nos centros das grandes cidades brasileiras como espaços particulares. Esses espaços são elementos fundamentais da forma urbana. Em Recife, não é diferente, em específico no Bairro de Santo Antônio, na parte sul, limites com o Bairro de São José nas ruas estreitas do entorno do Pátio do Livramento. Na década de 90, a Prefeitura tentou resolver o problema com o objetivo de qualificar o ambiente urbano dessa área. Criou o Calçadão dos Mascates conhecido como Camelódromo, no Bairro de São José e o shopping popular no Cais de Santa Rita, com capacidade para 2.700 boxes, um local onde se abrigavam os ambulantes.

Anos após, a proposta tornou-se um fracasso. Todos os comerciantes relocados voltaram a utilizar o mesmo local, onde atualmente são as calçadas e as ruas no entorno do Pátio que foram invadidas pelo comércio informal, que já é visto como um problema de controle

urbano. Nas calçadas estreitas, a circulação é uma tarefa difícil, pois é impedida pela presença dos ambulantes, barracas de amoladores de tesouras e alicates, em trechos de todo o percurso.

Nas Ruas Direita, Porão, Penha e Calçadas (Figuras 95, 96 97 e 98) a situação é ainda pior, pois tem a presença de vendedores ambulantes com tabuleiros móveis e carros de mão, que comercializam roupas, alimentos, sapatos, eletrônicos, cds, perfume, bijuteria, miudezas entre outras mercadorias. Também a circulação de pedestres prejudicada pelos ambulantes causando a desorganização espacial somada à insalubridade gerada pelos comerciantes da área, provocando o comprometimento da infraestrutura básica e a destinação do lixo, onde a maioria é jogado nas ruas. Outro problema é a sensação de insegurança causada pela quantidade de pessoas transitando com o objetivo de fazer compras.

**FIGURA 95 - Rua Direita, Recife-PE**



FONTE: Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 96 - Rua Porão, Recife-PE**



FONTE: Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 97 - Rua das Calçadas, Recife-PE**



FONTE: Acervo de Silvia Nunes, 2013

**FIGURA 98 - Rua da Penha, Recife-PE**



FONTE: Acervo de Silvia Nunes, 2013

O uso residencial no entorno do Pátio, segundo um morador de rua, está presente em três locais que supõe - se não chegar a 5% em relação a ocupação do comércio nas edificações do local.

Após a análise realizada “*in loco*”, percebe-se a ineficiência das autoridades em relação a essa área, que é uma ZEPH com um grande valor patrimonial presente inserida em um SPR com vários monumentos sob proteção das três esferas, que podem ser contemplados pela população e que estão aos poucos sendo mais degradados e esquecidos.

### 3.7 PROBLEMAS E POTENCIALIDADE

Para a análise na área, permanece dividida em três setores possibilitando a melhor compreensão.

O setor um (1) está relacionado ao espaço público livre no Pátio do Livramento

- Problemas

No pátio o uso é predominantemente de circulação de pedestre;

O comércio informal, localizado intensamente nos acessos do Pátio;

Entorno intransitável, insalubre e degradado desvalorizado pela população e pelo poder público;

As calçadas sem manutenção e utilizadas para exposição de mercadorias das lojas;

Existem dezoito locais para o plantio de palmeira imperial, mas só constam seis na localidade esquecidas e sem cuidados;

A pavimentação apresenta desgastes e reposições do material inadequado, formando uma elipse;

Valas de esgoto estouradas;

No final do expediente, tem muito lixo no chão espalhado no entorno do pátio;

A distribuição das redes elétricas nos postes é bastante desordenada;

À noite, a iluminação é precária. Os postes existentes são ineficientes tornando as ruas mal iluminadas e sombrias;

O mobiliário urbano (bancos, luminárias, orelhão e lixeiras) está presente, porém sem utilidade.

- Potencialidades

A presença de um rico patrimônio urbano;

Na primeira quinzena de agosto o pátio é contemplado com um evento chamado *Pé no Chão* (Figuras 99, 100, 101, 102) com a participação de setenta jovens com o tema chamado de intolerância religiosa onde são apresentadas danças populares, maracatu, frevo, capoeira e outros;

**FIGURA 99** – Percussão



**FONTE:** <http://recifepenchao.blogspot.com.br/2012/08/intolerancia-religiosa>

**FIGURA 100** – Capoeira



**FONTE:** <http://recifepenchao.blogspot.com.br/2012/08/intolerancia-religiosa>

**FIGURA 101** – Outras apresentações



**FONTE:** <http://recifepenchao.blogspot.com.br/2012/08/intolerancia-religiosa>

**FIGURA 102** – Dança afro

**FONTE:** <http://recifepenchao.blogspot.com.br/2012/08/intolerancia-religiosa>

Outras potencialidades como a morfologia do Pátio estão preservada em formato trapezoidal;

O abastecimento de água encanada regular funciona em revezamento de 20 horas com abastecimento de 28 horas;

A coleta de lixo é feita todos os dias no final do expediente. No período da noite das 22:00hs às 03:00hs;

A limpeza urbana é realizada antes e durante o expediente comercial das 06:00 hs às 10:00hs;

Á área é favorecida pela grande quantidade de transportes públicos.

O setor dois (2) está relacionado às edificações em torno do Pátio do Livramento.

- Problemas

O comércio varejista está presente em todos os trinta e oito (38) imóveis, que estão contribuindo para as descaracterizações físicas internas e externas;

Na parte interna, algumas edificações sofreram modificações físicas;

Os demais pavimentos estão sendo utilizados para escritório e depósito de mercadoria;

O uso inadequado de revestimentos nas fachadas;

Várias encanações instaladas inadequadamente nas fachadas.

O pavimento térreo foi transformado em um único espaço destinado a exposição de mercadoria;

As portas e janelas originais foram substituídas pelas portas de enrolar.

- Potencialidades

Gabarito variado com dois, três e quatro pavimentos preservados;

Em poucas edificações ainda existem as características originais;

Nas fachadas tem influência neoclássica e ecletismo.

O setor três (3) está relacionado à Igreja do Livramento dos Homens Pardos

- Problemas

Nas calçadas estreitas da Igreja localizadas na Rua da Penha e na Rua Direita, está o comércio informal há quarenta e três anos;

As fachadas laterais estão com o reboco e a pintura desgastadas pelo tempo;  
A placa de identificação na entrada da igreja encontra-se ilegível;  
Os tabuleiros do comércio informal consolidado estão sujos e enferrujados.  
O monumento sacro não é tombado a nível estadual.

- Potencialidades

A presença da Igreja secular na área;  
Os elementos arquitetônicos estão bem conservados.

Após a análise realizada no diagnóstico da área conclui-se que vários problemas e potencialidades foram diagnosticados. Onde foram encontrados mais problemas que potencialidades que ajudará a entender o grau tanto das necessidades como das potencialidades existentes, servindo como base para as proposições.

## **CAPÍTULO 4 PROPOSTA DE REABILITAÇÃO URBANA NO PÁTIO DO LIVRAMENTO**

Esse capítulo trata da elaboração da proposta de reabilitação urbana do Pátio do Livramento, Bairro de Santo Antônio, no centro da cidade do Recife. Como foi visto no diagnóstico da área que está inserido no polígono de tombamento em uma ZEPH-10, em um setor de preservação rigorosa que faz parte do patrimônio da cidade e que requer cuidados específicos.

A proposta também será direcionada pela metodologia do CECI descrita abaixo, juntamente com os conceitos estudados, que são: a significância do bem, a declaração de Amsterdã, a conservação integrada-CI; o conceito descrito na carta de Lisboa “a reabilitação urbana”; e os resultados relacionados aos estudos de caso.

### **4.1 A ESSÊNCIA DA PRESERVAÇÃO DO BEM**

Após o entendimento adquirido pelo estudo do patrimônio urbano em questão, e dos usos predominantemente econômico devido ao comércio existente, o Pátio do Livramento também é representante de um patrimônio urbanístico, arquitetônico e paisagístico com valores de diferentes épocas e história.

Como foi dito anteriormente, a área em estudo sofreu mudanças de suas funções originais de habitação para atividades predominante comercial de atacado e de varejo, atraindo a população menos favorecida, que contribuiu também para o comércio informal consolidado, que tem licenciamento há trinta e oito anos nas calçadas da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, e o não consolidado que não tem licenciamento de exercer as funções e mesmo assim, estão bem presente em todo o entorno, como nos acessos da Igreja e calçadas do Pátio.

O Pátio do Livramento deixou de ser um espaço religioso, transformando-se num espaço livre público, utilizado para circulação do comércio existente na área. Através do estudo realizado, pode-se constatar que a situação atual indica desordem, apresentando em consequências a degradação e a descaracterização urbana, arquitetônica e paisagística, e que vêm acontecendo há várias décadas no Pátio do Livramento. A causa desses acontecimentos é a falta de controle urbano de responsabilidade das três esferas (Federal, Estadual e Municipal), que

deveriam garantir a salvaguarda do conjunto, e a não preservação pelos próprios usuários, que desconhecem sua importância. Tudo isso causa a falta do dinamismo das atividades local, retardando o crescimento econômico de toda a área e prejudicando a autenticidade do conjunto.

Segundo Serafim (1987, p.35) “dir-se - ai que o tempo parou no Pátio do Livramento. Muitos prédios ainda são os mesmos, outros apenas sofreram reformas, que transformaram suas fachadas”.

Tratando-se de um conjunto no centro histórico da cidade do Recife, o Pátio do Livramento encontra-se em pleno uso e conseqüentemente em constante modificação gerada pelas atividades hoje exercidas. Por isso, foi visto que há necessidade de reabilitar e preservar o bem no espaço urbano associado ao tempo de existência, à integridade e à memória do indivíduo na intenção de preservar o patrimônio urbanístico, arquitetônico e paisagístico.

#### 4.2 A METODOLOGIA DA PROPOSTA

Fundamentando-se nos ensinamentos estudados anteriormente, foi utilizada uma metodologia específica para a elaboração da proposta a ser seguida nesse capítulo. Nela, será utilizada a Metodologia de Intervenção elaborada pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, dividida em três partes como: “o reconhecimento da significância do bem; a definição das diretrizes da intervenção; o estabelecimento dos objetivos divididos em proposições para intervenção”.

Esse procedimento do CECI será utilizado na proposta de reabilitação no Pátio do Livramento com uma área de 2.506,67 m<sup>2</sup>, o qual permanece dividida em três setores, (Figura 103): Pátio do Livramento, as edificações e a Igreja Nossa Senhora do Livramento. A partir de então foram estabelecidas diretrizes gerais, composta por três eixos, sendo eles: a morfologia urbana, a tipologia arquitetônica, os usos do espaço público no pátio.

**FIGURA 103 - Setorização**



Legenda

- Setor 01 - Pátio do Livramento
- Setor 02 - Edificações
- Setor 03- Igreja Nossa Senhora do Livramento

**FONTE:** Elaborado por Silvia Nunes

### 4.3 O RECONHECIMENTO DO BEM

O reconhecimento da significância do bem refere-se ao tempo de implantação nas terras brasileiras no Bairro de Santo Antônio/PE, onde a Igreja com seu espaço aberto foi datada do século XVII (o pátio da Igreja) e as edificações foram surgindo no século XVIII, após a colonização. Está dividido em duas partes. A primeira parte, o valor histórico relacionado à implantação no local e ao valor histórico oral, referente aos envolvidos que estão associados ao valor arquitetônico, paisagístico e urbanístico compoendo o conjunto.

#### 4.3.1 O valor histórico

O Pátio está relacionado à sua fundação como Ilha de Antônio Vaz. A moradia era algo de grande poder e de status econômico dos donos de engenho. Também ligava áreas importantes da cidade, fazia parte da rota do bonde e era ponto de localização privilegiada. No início do século XIX, eram comemoradas as festas e as procissões da Padroeira do Livramento, Mãe de DEUS. Na segunda metade do século XIX, o uso misto já era presente nas edificações em torno do pátio. Este valor “remete aquilo que foi e não é mais, aquilo que jamais pode ser

reproduzido. Diz respeito obrigatoriamente ao passado, culturalmente construído” (RIEGL, 1984 apud LACERDA E ZANCHETI, 2012, p. 23).

O valor oral tomou-se como elemento norteador na participação dos atores envolvidos com a área, através de entrevistas, sendo eles: os proprietários das edificações, os representantes do comércio informal e os usuários do pátio. As entrevistas foram realizadas do mês de agosto a novembro/2013 no Pátio do Livramento, que estarão juntamente atrelados na tentativa de atender às necessidades expostas pelos usuários do pátio, levando em conta os valores locais e o atual uso. A pesquisa procurou primeiramente coletar os dados dos entrevistados: nome, idade, sexo, grau de escolaridade e profissão. As perguntas elaboradas foram fornecidas nos estudos dos capítulos anteriores referente a área que serão definidas como: conhecer as demandas da área e apresentar a propostas para os participantes opinarem.

As perguntas foram: Qual a dinâmica de serviço que desejam? Qual a necessidade do comércio formal e informal para atender a demanda do cidadão? Os atuais usos contribuem para a degradação e descaracterização do patrimônio? O que acha de uma intervenção urbana, que irá reabilitar e dinamizar o Pátio do Livramento? Quanto tempo faz que você é proprietário desse imóvel? Você conhece o grau de significância do bairro e do Pátio? - Para você, há valores individuais e coletivos? O que o patrimônio urbano representa para você? O que você acha do estado de conservação das antigas edificações? Para você, o pátio sofre descaracterização e degradação urbana e arquitetônica? Os atuais usos contribuem para a degradação e descaracterização do patrimônio? Para você, a área tem valores: econômicos, culturais, religiosos, sociais, arquitetônico, urbanístico e paisagístico? Quais? Para você, o cuidado do pátio é dever de quem? Você acha que existe integridade na composição arquitetônica, urbanística e paisagística? Há preservação das edificações tanto internamente como externamente? O que o entrevistado acha da proposta e o uso nos pavimentos superiores para moradia? ( O questionário com todas as perguntas está disponível no apêndice nº 36).

Primeiramente, para os proprietários das edificações em torno do pátio, a intenção de intervir é uma tarefa importante, pois requer cuidados técnicos e procedimentos legais por trata-se de um bem secular de extrema importância para a cidade e para o cidadão. Outros afirmam que pode beneficiar o comércio existente, porque vai atrair mais cidadãos para a visita ao patrimônio. Com isso, poderá contribuir para o desenvolvimento local. Um comerciante das

barraquinhas localizadas na Rua da Penha no comércio informal consolidado entende que a proposta é uma possibilidade de reintegração da herança urbana para os pernambucanos. Essa intervenção potencializará os valores econômicos e religiosos. Ele afirma que o único ponto negativo relacionado a proposta é perder o seu ganha pão, pois está há 36 anos trabalhando no local.

Alguns proprietários das edificações afirmam que não conhece o grau de significância nem do bairro e nem do pátio. Só sabem que está em local importante do patrimônio. O comerciante informal que fica localizado no pátio vendendo cds não entende sobre o patrimônio urbano, pela sua percepção visual, representa “uma herança bonita que não pode desaparecer” .Ele afirma que o Pátio sofre sim, degradação e descaracterização tanto interna quanto externa e isso é causado pela falta de cuidados dos órgãos responsáveis e dos donos das edificações que não fazem nada para cuidar. O atual uso de comércio contribui sim para que isso aconteça. O que acho da proposta, “ela é boa sim primeiro porque vai cuidar do pátio e segundo porque vai melhorar a dinâmica do comércio”. O único receio relacionado à proposta é o que pode acontecer de perder o seu sustento porque faz um ano que está trabalhando no local e por isso não tem direitos.

As perguntas relacionadas aos valores do pátio, só alguns proprietários das edificações e um comerciante das barraquinhas souberam responder. Outros entrevistados não sabiam que o lugar tinha tantos valores. Um dos proprietários entende os valores da área, e afirma que “alguns estão apenas esquecidos e que podem ser reabilitados”. Outro fala muito do valor religioso não só pela Igreja do Livramento mas pelo patrimônio sacro em torno do pátio ele afirma que “todas as igrejas estão esquecidas. Algumas são restauradas mas pouco utilizadas pela população”. O comerciante das barraquinhas afirma que “para esses valores voltarem a aparecer precisa de uma intervenção urbana, que priorize a dinâmica do local juntamente com os valores citados”.

Alguns proprietários discordam da possibilidade de moradia nos pavimentos superiores, porque há anos são utilizados para escritórios e depósitos. Eles afirmam que “não há segurança para residência. À noite, no entorno do pátio os “gatunos” (ladrões) dispõem da área para: utilização de crack e ponto de prostituição. Já outro proprietário considerou a possibilidade bem estratégica e funcional, se for aliada a segurança, não só no pátio, mas em

todo setor. Isso requer um plano maior com investimento maior. Eles entendem que é uma área de patrimônio protegido, tendo que ser preservado e lembrado pelos cidadãos. Outro proprietário “concorda com a possibilidade desde que, estivessem abandonadas ou invadidas porque do jeito que os pavimentos superiores das edificações estão sendo utilizados há vinte e cinco anos como escritório e depósito de mercadoria, ficaria difícil de continuar utilizando o imóvel pelo fato que só poderia utilizar um único pavimento. E ainda mais a posição de algumas escadas para os pavimentos superiores está de costas para a fachada frontal, onde impossibilitaria mais o acesso e reduziria mais o espaço para a rotina da loja”. Ao se tratar de valores, essa sugestão de moradia não está priorizando os valores locais.

As informações que pude coletar dos usuários que transitam na área foram bem claras o uso voltado apenas para circulação do comércio local. Um pedestre que circulava pela localidade falou que “admira sim o pátio e acredita que ele tem valores só não sabia que tinha tantos. E afirma que do jeito que está impossibilita a apreciação e nem tem um local adequado para isso e também o seu tempo de permanência é apenas de passagem”. Mais um usuário confirma que “o conjunto do pátio está degradado e descaracterizado para ele com mais intensidade o patrimônio arquitetônico pela utilização inadequada da energia elétrica e pela falta de consciência dos proprietários”.

Muitos estavam bem apressados e um cidadão com muita pressa, pôde disponibilizar-se para a entrevista. Ele falou que concorda com a proposta porque irá valorizar o bem e sente que poderia ter um espaço para realizações de festas populares como maracatu, capoeira, casamentos e até fazer uma ligação de eventos populares que envolvam o Pátio de São Pedro e o Pátio do Terço.

Após as entrevistas com os envolvidos sobre as demandas e a apresentação da proposta, foi visto que é bem diversificada a opinião e o entendimento relacionado quando se trata de uma área de patrimônio urbano. Pelo que pude entender sobre o que os envolvidos entendem sobre o assunto é que eles concordam com a melhoria, sem prejudicar nas atividades exercidas e nos valores locais.

#### 4.3.2 Diretrizes da intervenção

A partir de então foram estabelecidas diretrizes gerais, compostas por três eixos sendo eles: morfologia urbana, tipologia arquitetônica e atuais usos os quais serão trabalhados de forma integrada atrelados aos valores locais para alcançar os objetivos como:

- Identificar e resgatar os valores locais (econômicos, culturais, religiosos, sociais, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos) e propor a implantação de um programa de educação patrimonial;
- Reabilitar e respeitar a morfologia urbana adequando-a ao espaço público existente, implantar a infraestrutura juntamente ao mobiliário urbano promovendo as condições de mobilidade e utilização do espaço com autonomia e segurança constituindo o direito universal e reforçando o conceito de cidadania;
- Preservar a tipologia existente, restituir os elementos arquitetônicos das edificações adaptando - os à realidade atual;
- Readequar os usos exercidos nos espaços existentes do Pátio:  
O espaço público – retirar o comércio informal não consolidado;  
O espaço privado – ordenar o limite das lojas nas calçadas.

#### 4.3.3 As proposições da intervenção

Todos os eixos das diretrizes estão diretamente relacionados às proposições e aos valores do cidadão e da cidade, que se integram formando uma identidade conquistada no Pátio ao longo do tempo.

- Sugere-se, que façam parte de todas as propostas os artigos descritos na carta de Lisboa, 1995 que coloca o cidadão no centro da intervenção, conhecendo a realidade e priorizando suas necessidades de forma integrada na conservação e na preservação da identidade do patrimônio urbano. A intervenção “não se limita à função habitacional, mas, antes, deverá abranger igualmente o reforço das atividades culturais e sociais, bem como a dinamização das atividades econômicas”, rejeitando os pastiches, mantendo a linguagem do contexto atual, enquadrando-os aos instrumentos legais;

- Todas as propostas seguirão a ótica da CI que abrange o conjunto urbano de valor histórico e cultural juntamente com a participação dos cidadãos, que segundo a Declaração de Amsterdã 1975, fornece um programa de educação patrimonial que busca a apreciação da situação atual e explica seus valores históricos e arquitetônicos das edificações, fornecendo todas as indicações sobre a preservação ao conjunto urbano na tentativa de restabelecer o equilíbrio social;
- Sugere-se, também a elaboração de workshops com os responsáveis das edificações. Com isso, serão elaborados encontros, tanto para inclusão social, como para educação patrimonial, visto que os proprietários das edificações desconhecem a importância do bem urbano, e de acordo com a CI o patrimônio é uma riqueza social, portanto deve ser uma responsabilidade coletiva;
- Sugere-se a restauração da Igreja do Livramento que será feita e acompanhada pelo IPHAN.

**TABELA 02 – Proposição eixo 1**

<b>Eixo 1 – Pátio do livramento (Morfologia)</b>	
A proposta está associada à integridade da configuração morfológica tendo como prioridade a importância da história e o contexto atual.	
<b>Diretrizes Gerais</b>	Reabilitar e respeitar a morfologia urbana adequando-a ao espaço público existente, implantar a infraestrutura às normas de acessibilidade e o mobiliário urbano.
<b>Proposições</b>	<p>Será acessível todo o espaço reabilitado;</p> <p>Propõe-se uma nova paginação no piso, onde será mantida a pavimentação existente do Pátio em paralelepípedo e nas calçadas em pedras portuguesas polidas e vitrificadas;</p> <p>Será utilizado o mobiliário urbano condizente com o contexto e esteticamente harmonioso;</p> <p>Será proposto bancos em concreto e madeira. A escolha foi baseada na durabilidade e na estética;</p> <p>Faz-se necessária, também, a adequação dos limites das lojas nas calçadas, onde haverá um recuo do batente, na parte interna, de 0.50 cm que contribuirá para a circulação dos pedestres;</p> <p>Deverão ser subterrâneas todas as redes e equipamentos, tais como: caixa de distribuição e visitas, deverá ser subterrânea. Serão implantados antes da infraestrutura e dos mobiliários;</p> <p>Será proposto, no espaço não edificado, o plantio de palmeiras imperiais e o replantio de cinco já existentes todas de médio porte;</p>

	<p>Deverá ser feitas para a iluminação pública, algo que dialogue com o conjunto, tendo como referência as já existentes nas fachadas da Igreja. Também terá iluminações no chão e na fachada da Igreja, onde receberá refletores; Encontra-se naturalmente restrita a circulação de veículos em função da grande movimentação de pessoas e pela grande quantidade de comércio informal no local situado nos acessos e entorno do pátio;</p> <p>Deverá ser feita a carga e descarga de mercadoria por carro plataforma metálica industrial não motorizado e motorizado, leve, de pequeno porte pela Av. Nossa Senhora do Carmo, no horário das 20:00 h às 07:00h;</p> <p>Será utilizada área de estacionamento, na Rua do Rangel, com duas horas de permanência estabelecida pela zona azul já existente.</p>
--	---

**FONTE:** Elaborado por Silvia Nunes

**TABELA 03 – Proposição eixo 2**

**Eixo 2 – Edificações (Tipologia)**

A proposta está relacionada ao patrimônio arquitetônico, pensando em todo o conjunto que não se restringe apenas as fachadas. Todas as sugestões de intervenção nas fachadas devem ser documentadas até o término da execução juntamente com os órgãos responsáveis.

<b>Diretrizes Gerais</b>	Preservar a tipologia existente, restituir os elementos arquitetônicos das edificações adaptando - os à realidade atual;
<b>Proposições</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sugere-se, nas edificações, a restauração na fachada principal pelo fato de existir características originais que ficam sob a responsabilidade do IPHAN;</li> <li>• Sugere-se a retirada de todos os elementos espúrios da fachada principal que contribuem para a descaracterização;</li> <li>• Serão padronizados todos os letreiros das fachadas, através do ordenamento publicitário, no centro do Recife, pela Lei nº17.521/08;</li> <li>• Serão padronizados os acessos nas edificações;</li> </ul> <p>Sugere-se, em todas as fachadas, orientações do IPHAN na utilização das cores que serão em tons pastéis.</p>

**FONTE:** Elaborado por Silvia Nunes

**TABELA 04 – Proposição eixo 3**

**Eixo 3 – Atuais Usos**

Após a observação sobre os usos atuais dos usuários, é bem definido a apropriação do espaço em caráter econômico degradando o espaço público. Por isso é bem visível a necessidade de tornar o espaço dinâmico garantindo os direitos e deveres dos cidadãos.

<b>Diretrizes Gerais</b>	<p>Readequar os usos atuais exercidos nos espaços do pátio:</p> <p>O espaço público – retirar o comércio informal não consolidado;</p> <p>O espaço privado – ordenar o limite das lojas nas calçadas.</p>
--------------------------	---

<b>Proposições</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sugere-se a permanência do comércio no térreo e nos andares superiores os escritórios e depósitos de mercadorias;</li> <li>• Sugere-se tornar o espaço de utilidade exclusiva para o cidadão, a fim de valorizar as atividades da área e aumentar a diversidade dos usos de lazer e de cultura, vinculados às festividades populares;</li> <li>• Sugere-se a retirada do comércio informal não consolidado nas calçadas, no Pátio e nos acessos;</li> <li>• Sugere-se que as lojas não ultrapassem o limite nas calçadas;</li> <li>• Sugere-se sessenta e seis tabuleiros, para o comércio informal consolidado, nas calçadas da Igreja do Livramento.</li> </ul>

**FONTE:** Elaborado por Silvia Nunes

#### Sugestão para a Igreja do Livramento

- Também sugere a reforma das grades de ferro, escadaria em pedra de granito lavrado e a placa de identificação na entrada da igreja que encontra-se ilegível e será trocada;
- As calçadas laterais serão ampliadas e padronizadas;
- A restauração da Igreja será feita e acompanhada pelo IPHAN juntamente com o projeto de iluminação.

#### 4.4 A JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA PARA O PÁTIO DO LIVRAMENTO

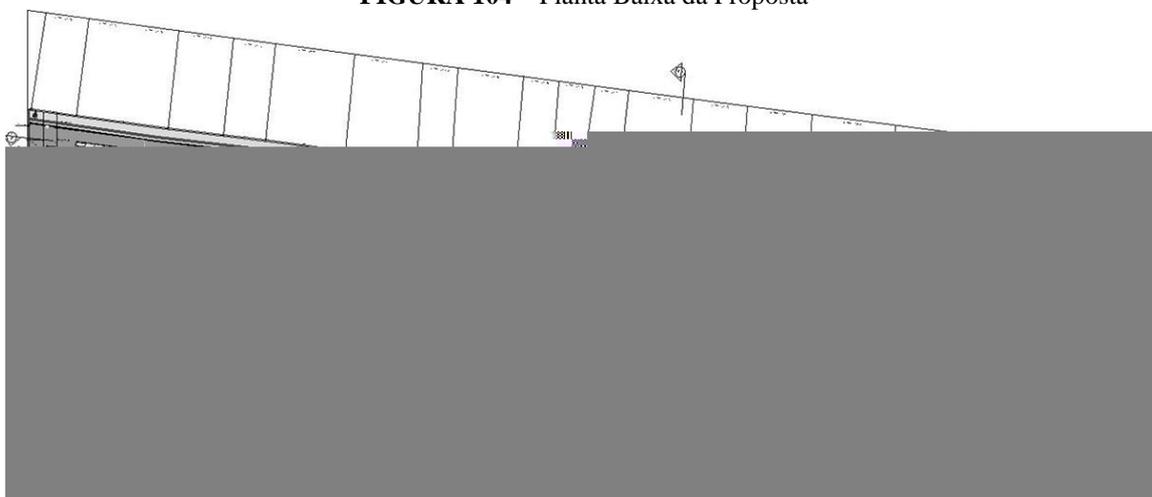
A proposta foi definida levando em consideração os valores locais, os usos e atividades, a tipologia arquitetônica e a morfologia urbana existente. Com base no diagnóstico da situação atual referentes aos problemas e potencialidades. Há potencialidades suficientes para atender as demandas e os objetivos propostos.

A proposta tem como prioridade o cidadão, que está diretamente associado à importância da história e o contexto atual do Pátio. Outro aspecto importante são os valores identitários que estão relacionados à formação da origem e sua configuração urbana. No caso do Pátio do Livramento é bem visível o formato trapezoidal onde se mantém sua integridade fisicamente até os dias atuais. Todas as modificações sugeridas têm o intuito de garantir a integridade morfológica e a acessibilidade a todos os que transitam para que possam se locomover no espaço urbano com capacidade para desenvolver suas próprias atividades.

Trata-se de uma reabilitação no pátio do livramento com 2.506,67m<sup>2</sup> para as populações locais e visitantes, onde ocorreu um tratamento especial com um grande espaço para duas atividades e nas ruas de acesso ao pátio o comércio consolidado aproveitando sua totalidade sem prejudicar nenhuma área tomando partido da morfologia existente que serviu de base para toda a composição garantindo a fluidez do percurso.

Os espaços foram divididos relacionados à sua função já exercida. O primeiro (1º) espaço é chamado de atividades diversas onde foi prioritariamente reservado para realização de festas populares como capoeira, afoxé, maracatu, percussão, dança de frevo e ferinhas de artesanato e encontros referentes aos workshops com os responsáveis das edificações que podem ser realizados os encontros para educação patrimonial. Este local também foi reservado para as comemorações religiosas possibilitando a realização de casamentos, missas externas e novenas entre outras. O Pátio possui três espaços de 160 m<sup>2</sup> bem divididos onde podem ter varias apresentações cada uma em um local e em qualquer horário do dia ou da noite. O segundo (2º) local é exclusivamente para o descanso das compras e apreciação da paisagem com um espaço de 100m<sup>2</sup> (Figura 104).

**FIGURA 104** – Planta Baixa da Proposta



**FONTE:** Realizado por Silvia Nunes

Foi elevado todo o piso do Pátio com o nível da calçada conectando-se com um trecho da Rua Rita e Rua da Penha, voltando ao nível da rua com uma leve inclinação imperceptível onde foi executado para atender a grande circulação de pedestre. Devido a elevação do piso, a drenagem foi algo importante para o Pátio que seguem toda sua extensão nas duas laterais

com uma leve inclinação de 2%, partindo do ponto médio que supre todo o escoamento com um material de alta resistência e durabilidade com fácil acesso para manutenção.

O piso ganhou apenas uma nova paginação que demarca os espaços de convívio, o material existente em paralelepípedo foi aproveitado, pois se compreende seu valor histórico e a ótima qualidade do material. Foi disposto em formas geométricas para diferenciar os espaços de convivência e de atividades diversas. As calçadas foram alargadas e padronizadas com uma paginação retilínea sem ornamentos, para não conflitar com a paginação dos espaços de convívio. Utilizou-se o material existente, pedras portuguesas polidas e vitrificadas nas cores cinza e branca assegurando o passeio nivelado (Figura105). O valor histórico local foi considerado sem alterar a configuração existente, garantindo a segurança na locomoção e na acessibilidade dos usuários.

**FIGURA 105** – Perspectiva geral da proposta



**FONTE:** Realizado por Edson Menelau sobre orientação de Silvia Nunes, 2013

O pátio recebeu uma placa de homenagem onde foi prioritariamente associado aos seus valores históricos e locais mostrando a importância do patrimônio para o presente e para o futuro. “Entre os muitos elementos que constituem o cenário urbano, as fachadas de seus prédios são, talvez, aqueles que mais fascinam. Os olhos buscam-nas como quem se vê diante de uma pintura com estilos arquitetônicos, modismos artísticos de uma determinada época” (Clênio de Alcântara, 2010).

O mobiliário urbano teve algumas restrições relacionada a utilização de orelhão pelo fato de notar a ausência no centro da cidade do Recife e pelo consumo excessivo de celulares. Visto isso não foi utilizado orelhão em toda a extensão do pátio. O banco longo foi inspirado no arquiteto Manuel Ruisánchez feito em concreto armado pensando na durabilidade e na estética, com altura adequada e largura de quatro metros, possibilitando a utilizações em todas as partes. Em uma das extremidades há um assento em madeira que dá sutileza ao mobiliário. As lixeiras foram dispostas em todos os acessos, espaços de convivência, atividades diversas e quatro foram locadas em forma as calçadas servindo aos que transitam. Todas feitas em aço e pintado na cor cinza escuro para garantir a durabilidade.

Foi utilizado na arborização o aproveitamento das cinco palmeiras imperiais existentes no local. Mesmo sabendo do grande porte que atinge quando adulta, priorizou-se a sua existência que já tem décadas e pelo diálogo com o conjunto (Figura 106). Todas as sete palmeiras que foram plantadas seguiram o mesmo porte das palmeiras existentes e protegidas por caldeiras de ferro fundido com dimensões de 1.00 x 1.00 O seu porte não prejudica a visão do conjunto, contribuindo para mais ventilação natural, proporcionando um local mais agradável e garantindo o sombreamento.

**FIGURA 106** – Perspectiva dos espaços proposto



**FONTE:** Realizado por Edson Menelau sobre orientação de Silvia Nunes, 2013

Por se tratar de uma área consolidada para o pedestre, a proposta é exclusiva para a valorização do transeunte, onde o tráfego de veículos foi restrito para não prejudicar a estrutura da área com suas ruas estreitas e sinuosas, não se adaptam a esse uso. É proibido todos os tráfegos de veículos pelos usuários e pelos donos dos estabelecimentos locais, exceto

só para casos de emergências. Todo o tráfego de veículos permanece como está nas vias primárias e secundárias do entorno do Pátio. Também ficou restrito o acesso de carga e descarga de mercadorias, devendo ser realizada por plataforma metálica industrial não motorizada e motorizada leve de pequeno porte pela Av. Nossa Senhora do Carmo, para que haja maior organização e cumprimento das funções primordiais da área, com horário das 20:00 h às 07:00h.

Vale salientar que o Pátio está em ótima localização central, por onde passam importantes vias e por onde circulam as principais linhas de ônibus. Por isso foi constatado a ausência de estacionamento para os clientes. Portanto foi utilizado o estacionamento já existente na Rua do Rangel com duas horas de permanência estabelecida pela zona azul já existente.

As edificações do entorno do pátio restauradas tanto interna como externamente inclusive a quinta fachada sendo realizadas todas pelo IPHAN dos danos naturais aos danos descaracterizadores onde não intervi. O que sugeri foi à retirada de todos os elementos espúrios e a pintura nas fachadas das edificações (Figura 107) que segue orientações do IPHAN e do estudo de caso que serviu como base onde foi aprovada pelo IPHAN a proposta mais cores para o pátio de São Pedro.

**FIGURA 107** – Sugestões de fachada



**FONTE:** Realizado por Silvia Nunes

A padronização dos letreiros nas fachadas seguiu a Lei Nº 17.521/08 onde os anúncios tiveram uma área de 1/3 da testada do imóvel, que não ultrapassou a altura máxima de cinco metros em todas as edificações. Foi colocado um anuncio por fachada onde foi paralela ao plano de fundo. Todos os letreiros tiveram um espaço padrão de sessenta centímetros contando a partir do termino da porta de enrolar. ( A lei está disponível no anexo nº 01).

Também foi sugerida a padronização dos acessos com portas de enrolar em material transvision que são cuidadosamente produzidas em aço com impermeabilização transparente valorizando ainda mais o ambiente. As cores utilizadas nas fachadas do Pátio do Livramento foram as mesmas, em tons pasteis nas cores, azul, verde, amarelo, rosa e laranja. Os ornamentos foram pintados na cor branca. As portas e janelas receberam uma cara nova em madeira natural impermeabilizada (Figuras 108 e 109).

**FIGURA 108** – Perspectiva das Sugestões nas fachadas



**FONTE:** Realizado por Edson Menelau sobre orientação de Silvia Nunes

**FIGURA 109** – Perspectiva das Sugestões nas fachadas



**FONTE:** Realizado por Edson Menelau sobre orientação de Silvia Nunes

O comércio informal veio a confirmar a defesa do seu lugar de trabalho no espaço público. Propus a permanência no local devido aos trinta e seis anos de existência e pela clientela fixa atrelados aos valores econômicos, culturais e sociais da área. Foi proibida a permanência do comércio informal consolidado nas calçadas inclusive qualquer danos nas fachadas laterais da Igreja do Livramento. Foi permitido para o comércio informal consolidado o uso para depósitos de mercadoria no porão da Igreja como vinha acontecendo há anos. Todas as

proibições foram devido a restauração da Igreja pelo IPHAN restituindo seu grande valor religioso o qual não intervi.

O comércio foi relocado e ordenado para as Ruas da Penha e Direita onde todas as barracas foram padronizadas com o mesmo material e as mesmas dimensões de 1,15x.50 cm. O quantitativo foi levantado no diagnostico com um total de sessenta e duas barracas com trinta e duas em cada lado (Figuras 110 e 111). Esse comércio é referência no centro do Recife pela diversidade de utensílios para a população de poder menos aquisitivo. Destaca-se que não somente o comércio informal teve melhorias, também o comércio formal, onde ao longo do percurso das calçadas do Pátio foi definido um limite de cinquenta centímetros de recuo do batente, na parte interna das lojas para a melhoria da circulação do pedestre e a valorização do ambiente.

**FIGURA 110** – Perspectiva para o comércio consolidado proposto na Rua da Penha



**FONTE:** Realizado por Edson Menelau sobre orientação de Silvia Nunes

**FIGURA 111** - Perspectiva para o comércio consolidado proposto na Rua da Penha



**FONTE:** Realizado por Edson Menelau sobre orientação de Silvia Nunes

A iluminação do Pátio (Figura 112) divide-se em dois tipos: o primeiro foi locado no chão com tamanhos diferenciados que é um projetor modular. Durante o dia incorpora-se ao ambiente proporcionando elegância e sofisticação. À noite destaca o cenário urbano servindo tanto para marcar o caminho, como para destacar a vegetação, as laterais da Igreja e a placa de homenagem. O segundo é mais decorativo e a utilização tomou partido do que já existe na fachada lateral da Igreja e em toda a Rua Direita percebendo o grau de diálogo sem retirar o que já existe pensando sempre nos valores locais.

A iluminação tem um maior raio de abrangência oferecendo um ambiente intimista, composto tanto por postes, como por arandelas externas fixadas nas paredes tanto da Igreja como das

edificações que ficam na Rua Direita e da Penha integrando-se a paisagem. Toda a caixa de distribuição e visita é subterrânea e foram implantadas após o término da infraestrutura e da colocação dos mobiliários.

**FIGURA 112** - Proposta de iluminação para o pátio



**FONTE:** Realizado por Edson Menelau sobre orientação de Silvia Nunes

A sugestão de iluminação na fachada da Igreja teve a finalidade de chamar a atenção da população referente ao seu valor como **BEM**, com orgulho de simplesmente existir. Onde foi padronizada a uniformidade com ênfase nos ornamentos em lâmpada de vapor metálico de sódio, no coroamento da fachada e nas pilastras como jogo de luz e sombra. Todas as lâmpadas com ótica eficiente e de grande precisão com diferentes aberturas de feixos.

**FIGURA 113** – Sugestão de iluminação para a Igreja



**FONTE:** Realizado por Edson menelau sobre orientação de Silvia Nunes

O pátio do livramento é merecedor desse presente em todos os aspectos tornando o mais atrativo e dinâmico gerando mais desenvolvimento e valorização do BEM.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal intenção desse trabalho foi destacar a importância do patrimônio urbano e arquitetônico dentro do planejamento urbano relacionados às intervenções urbanas que se fundamentaram na reabilitação e na conservação do patrimônio além do respeito patrimonial e a preocupação na dinâmica do espaço e a participação dos envolvidos para o desenvolvimento. Essa colaboração interna dos envolvidos resultou em proposições mais condizentes com a área, que conseqüentemente serão mais aceitas e melhor incorporadas na dinâmica do Bairro.

Após a elaboração da proposta, conclui-se que as proposições para a intervenções urbanas no Pátio do Livramento foram uma tarefa bem complexa e ao mesmo tempo desafiadora ainda mais quando a área está em um Setor de Preservação Rigorosa que requer cuidados especiais e ao mesmo tempo com uma dinâmica própria. O que possibilitou o entendimento relacionado ao assunto foi com base no referencial teórico, nos estudos de casos sejam eles positivos ou negativos e no diagnóstico da área, possibilitando a compreensão geral. Um desafio relacionado a atender todas as necessidades mesmo diante do desordenamento gerado pelo comércio foi conciliar todas as prioridades para as questões presentes.

Sendo assim, o produto final priorizou os valores locais onde todos os cidadãos ganham pela qualidade do espaço livre público reabilitado, seja para os comerciantes locais, para os que transitam, os que visitam e aqueles que possa usufruir, durante o dia ou a noite, em tempo de festas ou em dia de missa, estimulando o orgulho e o respeito a esse elemento importante para a cidade do Recife e para todos os cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ALCINDO, Souza. **Igreja descaracterizada**. Recife: Jornal do Commercio, A- 1 1990

ANDRADE, Pollyanna. **O sentido da preservação da cruz do patrão: recomendações para intervenção** (Graduação em arquitetura). Faculdade Damas da Instrução Cristã. Recife, 2012.

ANSBACH, Osmar. **Navegando na memória**. Ponta Grossa. Disponível em <[http://www.bicen-tede.uepg.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=290](http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=290)> Acesso em: 03 mar. de 2013.

BARROS, Sandra. **A presença dos pátios, largos e adros de igreja na paisagem do grande Recife**. Artigo da UFPE: Recife, 2003.

BERNARDO Soares. **Pintado Igreja Desgastada**. Recife: Jornal do Commercio, 2012.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

Carta de Lisboa. **Reabilitação Urbana Integrada 1995**. Disponível em <[www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf](http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf)> Acessado em: 02 Mar. de 2013.

CALHEIROS, Sonia C. **Anteprojeto do Pátio do Livramento**. FIDEM, 1976.

**Declaração de Amsterdã**. Amsterdã 1975. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>. Acesso > Acessado em: 02 mar. de 2013.

**Decreto lei 25, de 30 de novembro de 1937**. IPHAN Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>> Acessado em: 02 Mar. de 2013.

ECOVIAGEM. **Historia da Bahia**. Disponível em <<http://ecoviagem.uol.com.br/brasil/bahia/salvado>> Acesso em: 03 Mar. 2013.

ESPINHEIRA, Carlos G. **Transformar Salvador em Bazar e Destruir sua Beleza.** Salvador: Jornal da Bahia, 1975.

FONSECA, Joana R. Rodrigues. **História da cidade: Reflexão sobre novas intervenções em contextos urbanos históricos.** Artigo da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2006.

FONSECA, M.C.L. **Construções do passado: Concepções sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Tese de Doutorado da UNB: Brasília, 1994.

FÉLIX, Anísio. **Pelo Pelourinho.** Salvador: EGBA, 2001.

FOX, Douglas. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife.** Recife, 1906.

IPHAN **Definição de patrimônio histórico e cultural.**  
Disponível <<http://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>> Acesso em: 29 mar. 2013

LACERDA, Norma e ZANCHETI, Sílvio. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos:** CECI, 2012.

LAMAS, J. M. R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LAPA, Tomas e ZANCHETI, Sílvio. “**Conservação Integrada e territorial**” In: Zancheti, S.M. (org.), **Gestão do patrimônio cultural integrado,** Ceci, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

LUOS, **Lei de Uso e Ocupação do Solo, 1996.** Disponível em <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/>> Acessado em 20 mar. 2013.

MACEDO, S. S. **Espaços livres. Paisagem e ambientes ensaios.** FAUSP, 1993. Disponível em: <[http://www.adufpb.org.br/publica/conceitos/05/art\\_04.pdf](http://www.adufpb.org.br/publica/conceitos/05/art_04.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2013.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.

MATTOS, Waldemar. **Evolução Histórica e cultural do Pelourinho**. Rio de Janeiro: Ed. Barbeiro, 1978.

MELLO, Antônio Gonsalves. **A Cartografia Holandesa do Recife**. Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1976.

MENEZES, José Luiz. **Pátios do Recife guardam herança religiosa**. Jornal do comercio, Recife, 1999. Disponível < [http://www2.uol.com.br/JC/\\_1999/1804/cd1804a.htm](http://www2.uol.com.br/JC/_1999/1804/cd1804a.htm)> Acessado em 30 mar. 2013.

PEREIRA, Maria Madalena. **Praças públicas sustentáveis**. Universidade de Lisboa, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, 2008.

PADRE FRANÇA, Augustinho. **Crentes e não crentes em relação ao Pátio dos gentios**. Disponível <<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/497-patio-do-gentios.php>> Acessado em 29 mar. 2013.

**Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador**. Disponível < <http://www.centroantigo.ba.gov.br/PlanoReabilitaCAS1.pdf> > Acesso em: 29 Mar. 2013.

SÁ CANEIRO, Ana Rita, MESQUITA, Liana. **Espaços Livres Do Recife**, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.

SARINHO, Rui Alves. **Pátio do Livramento**. Recife: Diário de Pernambuco, A – 6 1983.

SERAFIM, Ana Regina M. D. B. R. **Transformação no Espaço Urbano da área Central da Cidade do Recife**. Artigo da USP, 2012.

**SILVA, David Sá. Reabilitação Urbana: Projeto de viabilidade para Reabilitação da rua das musas nº 13ª 53.( Dissertação de mestrado em Economia e Gestão das Cidades).** Universidade de porto. Portugal, 2012.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Ed. Ática, 1992.

TAVARES, Ana Felipa. **Reabilitação Urbana – o caso dos pequenos centros históricos.** Disponível em <[http://run.unl.pt/bitstream/10362/1396/1/Tavares\\_2008.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/1396/1/Tavares_2008.pdf)> Acessado em: 29 mar. 2013.

VIEIRA, Natália M. “**Gestão de sítios históricos: A Transformação dos Valores Culturais e Econômicos em programa de revitalização em áreas Históricas**”, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

KOOHLER, André. **Patrimônio, Memória e Turismo: Evolução e Entrelaçamento de Políticas Públicas no Pátio de São Pedro.** Artigo da UAM :São Paulo, 2010.

ZANCHETI, Silvio. **Conservação integrada e novas estratégias de gestão,2002.** Disponível<<http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/ZanchetiVPT.htm>>Acesso em: 29 mar. 2013.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **A Cidade e o Estado no Brasil colonial: colocações para um debate.** Espaço & Debates, São Paulo: 1987.

ZANCHETI, Sílvio. **Revitalização do Bairro do Recife: plano, regulação, avaliação.** Recife: UFPE/MDU/CECI, 1998.

APÊNDICE  
**FACULDADE DAMAS DE INSTRUÇÃO CRISTÃ**  
Curso de Arquitetura e Urbanismo

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO NO PÁTIO DO  
LIVRAMENTO NO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO/PE**

ANEXO  
**FACULDADE DAMAS DE INSTRUÇÃO CRISTÃ**  
Curso de Arquitetura e Urbanismo

**PROPOSTA DE REABILITAÇÃO NO PÁTIO DO  
LIVRAMENTO NO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO/PE**